

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Gabriella Gomes Peixoto

O discurso da igualdade de gênero:

Uma análise do ACNUR e seu programa para 'mulheres e meninas'.

Orientador: Paulo Chamon

Rio de Janeiro

2021.2



Gabriella Gomes Peixoto

O discurso da igualdade de gênero:

Uma análise do ACNUR e seu programa para ‘mulheres e meninas’.

MONOGRAFIA

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Paulo Chamon

Rio de Janeiro

2021.1

Para a minha mamãe. Isso é tão meu quanto seu.

Agradecimentos

Penso no que colocaria nos agradecimentos de minha pesquisa antes mesmo de ter decidido sobre o que pesquisar. Em todos esses pensamentos e versões que criei desta parte em minha cabeça, eu sempre soube que só poderia começar agradecendo a minha mamãe. Os motivos são incontáveis, mas neste ciclo, principalmente, eu a agradeço por sonhar junto comigo. Sonhamos a PUC juntas, sonhamos RI juntas, sonhamos essa formatura juntas e sonhamos esta pesquisa juntas. Todas essas páginas são tão minhas quanto suas.

Ainda no meu núcleo familiar, agradeço a meu irmãozinho. Ele sempre foi minha fonte de inspiração, de resiliência - e todos aqui sabem o quanto precisei dela para completar este ciclo - e de amor infinito. Ele foi a principal razão para que eu começasse a questionar a própria corrente feminista em primeiro lugar. Ele mudou e muda minha visão de mundo diariamente. E ele também me trouxe muitos, muitos e muitos copos d'água enquanto escrevia. Ao meu papai, agradeço pelos açaís de madrugada, as escapadas para a praia e as constantes lembranças de que a vida é muito mais do que entregas e prazos - confesso que em vários momentos isso ficou bem difícil de acreditar e aceitar. Sei que sem o amor, o apoio e a incessante crença em mim de vocês, eu não teria chegado até aqui.

Durante os últimos meses eu precisei compartilhar com meus amigos cada passo desse processo. Muitas vezes chorando, outras explicando um autor em voz alta ou enviando trechos soltos de capítulos. Em outros momentos, eu precisava do silêncio, da companhia para um filme ou da indicação de uma música. Ninguém esteve lá para todos eles como a Ka. Falando diretamente com você, obrigada por ouvir, obrigada por questionar e, principalmente, por estar aqui para mim. Amo você como poucas coisas nessa vida.

O último ano foi difícil, árduo e muito, muito trabalhoso. Mas, com Annois, Jojola, Beca, Thalia e Marcelo, ele se tornou leve e recheado de risadas e momentos de amor. Encontrar vocês esporadicamente nesse período, com toda a certeza do mundo, foi fundamental para mim. Amo-os do fundo do meu coração e agradeço demasiadamente pelo carinho e cuidado que me deram.

Nesses últimos quatro anos de graduação muita gente passou por mim, mas ninguém como estes quatro. Fab, obrigada pelos surtos compartilhados, pelas conversas acaloradas e o espaço seguro de acolhimento. Lari, obrigada por ser tanto e, muitas vezes, olhar para mim e enxergar-me maior do que eu jamais conseguiria. Você é gigante e deveria te ver como eu a vejo - brilhante. Thay, obrigada por estar comigo desde o início. Terminar este ciclo ao seu lado é um dos fatores que o tornam tão especial. Toscano, obrigada por ser o meu padrinho acadêmico. Você sabe, mas não custa repetir, sem o seu apoio eu não estaria aqui. Amo vocês e os admiro imensamente.

Agora, preciso agradecer a quem estava aqui desde o início. Jujuba, obrigada por ser casa, por querer ouvir sobre esta pesquisa mesmo sem entender sobre o que ela se tratava e por *have my back* durante todos esses anos. Você é essencial e partes de quem sou. Amo-te.

Agradeço também às burocracias que me possibilitaram estar aqui. À Vice-Reitoria Comunitária por lidar com documentos de uma forma tão humana. À própria PUC-Rio por ter sido minha casinha. E, especialmente ao IRI e seu corpo de professores. Foi-me dito na escola que, na universidade, os professores não lembravam nem o nome de seus alunos, mas que grata surpresa encontrar um departamento tão diametralmente oposto a essa descrição. Agradeço especialmente a Paula Sandrin e Renata Suma que foram tão sensíveis quando eu mais precisei em 2019. Agradeço a Guilherme Costa pela oportunidade de monitoria, o acolhimento e a preocupação comigo e com minha família. Agradeço a Fernando Maia e Ricardo Oliveira pela infinita compreensão e carinho nesse último período. Agradeço a Manu Trindade por ter me ajudado com tanta paciência e afeto a colocar o projeto desta pesquisa nos trilhos. Agradeço a Andréa Gil por aceitar ser minha segunda leitora e ser uma das grandes responsáveis por esta pesquisa.

Por fim, agradeço a Paulo Chamon. Paulinho, lá em 2019.1 eu tive a melhor matéria da graduação e sabia que teria de te escolher enquanto meu orientador. Naquela sala de aula, você me ensinou a pensar, ler e escrever sobre tudo o que me incomodava. Foi como acordar de um sono muito longo e perceber

que eu não só podia, mas devia ouvir as inquietações dentro de mim. Por conta desse ensinamento, passei o restante da graduação tentando descobrir qual seria a minha grande inquietação escolhida como tema e muito ansiosa para compartilhá-la com você. Obrigada por topar esta pesquisa, obrigada pelo respeito comigo e com todo esse processo, obrigada, obrigada e obrigada!

Resumo

Esta pesquisa parte do pressuposto de que o mundo está organizado em estruturas discursivas para conseguir entender o discurso da igualdade de gênero do ACNUR. O primeiro argumento empreendido é de que, por ser um discurso, ele possui efeitos práticos no mundo. Assim, a pesquisa trabalha com a hipótese de que a posição de subalternidade de mulheres e meninas submetidas ao programa é reforçada. Isso é investigado por meio da análise de discurso de quatro documentos produzidos pela própria instituição. Neles, a principal relação explorada é a de participação e empoderamento, que abrem espaço para o questionamento de outros conceitos como agência e desempoderamento. Ao percorrer esses caminhos, pretende-se ser capaz de inferir que o programa ao invés de levar 'igualdade de gênero', reproduz o poder colonial.

Palavras-chave

ACNUR - discurso de gênero - participação - empoderamento - patriarcado

Sumário

1.	Introdução	10
2.	O discurso do ACNUR e seu princípio organizacional do mundo	13
2.1.	Discurso do ACNUR.....	18
2.2.	Gênero como princípio organizacional.....	24
3.	Participação, empoderamento e agência	28
3.1.	Participação e sua relação com empoderamento.....	31
3.2.	Empoderamento como foco da agenda de igualdade de gênero... 38	
3.3.	Agência: fundamentos e consequências.....	44
4.	Desempoderamento e colonialidade	54
4.1.	A origem do desempoderamento.....	56
4.2.	O patriarcado e a constituição do poder colonial.....	63
4.3.	As consequências do poder colonial sobre mulheres e meninas... 70	
5.	Conclusão	74
6.	Referências bibliográficas	78

Lista de abreviações

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AGD: *Age, Gender and Diversity Approach*

CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas

FLM: Federação Luterana Mundial

LGBTI: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexos

ONU: Organização das Nações Unidas

VPI: Violência de Parceiro Íntimo

VSG: Violência Sexual e de Gênero

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

1. Introdução

O movimento feminista, ao longo das últimas décadas, conquistou importantes avanços na confecção de políticas públicas de cada país; na produção de conhecimento com vastas vertentes teóricas; e, dentre outras esferas, no cenário internacional, sendo pauta constante da Organização das Nações Unidas (ONU). Reconhecendo esses avanços, cabe indagar: Que efeitos eles geram no mundo? Esses efeitos são, necessariamente, positivos e promovem a tal “igualdade de gênero”? A quem essas políticas estão, de fato, favorecendo e com quais objetivos? Esta pesquisa nasce de uma inquietação quanto ao que se reivindica como avanço e encoraja questionamentos como aqueles listados acima. Com isso, trabalho com a hipótese de que as mulheres que poderiam vir a constituir as beneficiárias de programas ditos feministas acabam, na verdade, tendo sua posição de subalternidade reforçada.

Para começar a percorrer esse caminho argumentativo, esta pesquisa parte da premissa de que as Nações Unidas constituem uma das principais expressões da promoção de políticas de igualdade de gênero na política global contemporânea. A referida organização internacional tem como um de seus principais objetivos a promoção e o incentivo ao respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião¹. Para cumprir com tais propósitos, a ONU possui diversos braços institucionais engajados nessa frente, como a própria ONU Mulheres, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Por isso, faz-se necessário um recorte institucional para o empreendimento desta pesquisa.

Assim, o estudo de caso aqui proposto é o ACNUR, agência cujo escopo incide sobre populações em situação de refúgio e deslocamento interno. Ela foi escolhida, justamente, por lidar com pessoas que já são tidas como vulneráveis e que, por isso, precisam de programas de desenvolvimento que as auxiliem. Além disso, o ACNUR avança políticas de igualdade de gênero voltadas a essas

¹ UN. Chapter I: Purposes and Principles. Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/index.html>. Acesso em: 03 dez. 2021.

populações de uma forma bem mais incisiva do que outras agências do sistema das Nações Unidas.

É importante ressaltar que esta pesquisa não ignora o fato de que cada população submetida a essas políticas possui particularidades culturais e trajetórias históricas que não podem ser homogeneizadas. Entretanto, ao tratar do ACNUR, o estudo de caso não irá se resumir a um campo de refugiados específico: interessa-nos aqui capturar a racionalidade de fundo que organiza as atividades dessa agência da ONU. Dito de outro modo, cabe ressaltar que o objeto de estudo aqui é o discurso da instituição sobre a igualdade de gênero, e não as pessoas/populações que constituem o alvo de programas do ACNUR.

Por isso, a primeira etapa deste trabalho é a definição do que está sendo entendido como discurso e a forma como essa análise será conduzida. Assim, parto do entendimento foucaultiano de discurso para questionar o do ACNUR já no primeiro capítulo. Nele, apresento como a instituição entende o conceito de gênero para questioná-lo em seguida. O intuito desse movimento é apontar como até mesmo concepções que parecem óbvias são, na verdade, muito específicas e contextualizadas. Elas não atuam, portanto, da mesma maneira em diferentes circunstâncias. Desse modo, não deveriam ser utilizadas como base para programas de igualdade de gênero com a abrangência de populações como é a do ACNUR.

Com o entendimento de gênero estabelecido, é necessária a exposição do desenho do programa de igualdade de gênero. No capítulo seguinte, entendemos que o foco da entidade é a promoção da participação de mulheres e meninas em diferentes âmbitos de suas vidas. Essa participação é medida pelo poder de decisão que elas possuem. Assim, por serem deslocadas internas, elas são assumidas enquanto sem poderes nesses moldes. Por isso, a instituição acredita que precisa empoderá-las para que possam decidir sobre suas vidas e, então, participar. O capítulo, então, torna-se voltado para o conceito de empoderamento e seus pressupostos. Um dos encontrados é o de agência que nos mostra a necessidade de entendermos mais a fundo o que é a condição de desempoderada assumida pelo ACNUR sobre essas mulheres e meninas.

A última parte desta pesquisa, então, defende a ideia de que o desempoderamento dessas mulheres e meninas é atribuído a elas muito antes de serem deslocadas internas. Eu argumento que o que fundamenta essa condição é o entendimento de que suas culturas são patriarcais e, portanto, ao crescerem com esses costumes, elas são desempoderadas. A partir disso, defendo a ideia de que o ACNUR exerce uma relação de colonialidade sobre essas mulheres. Dessa forma, as consequências desse poder colonial também são debatidas em seguida.

A conclusão alcançada pelo capítulo e repetida na conclusão da pesquisa é que a posição de subalternidade dessas mulheres acaba sendo reforçada, mesmo que os programas analisados sejam voltados para seus empoderamentos. Por conta deles, a conversa colonial é evitada e tida como um problema do passado. Assim, faço um convite à descolonização de nossos pensamentos.

2. O discurso do ACNUR e seu princípio organizacional do mundo

Esta pesquisa se baseia primordialmente no argumento de que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) produz e reproduz um discurso sobre gênero. Isso significa dizer que a produção de conhecimento da instituição sobre gênero utiliza-se de e constitui técnicas de poder. É a partir desse entendimento que todos os meus questionamentos e as buscas de suas respostas surgem. Assim, este capítulo possui a responsabilidade de explicar o que são os discursos e, principalmente, o que representa enxergar o mundo através deles. Em seguida, apresentarei o início do discurso de gênero da instituição, para, por fim, começar a questioná-lo com indagações que só são possíveis por considerá-lo um discurso.

Tomarei como ponto de partida a reflexão sobre discursos desenvolvida por Michel Foucault em sua obra “A Ordem do Discurso”². Nela, a primeira relação que precisa ser ressaltada é entre o saber e o poder. De acordo com o autor, eles se co-constituem. Ou seja, não há produção de conhecimento sem a utilização de técnicas de poder, ao mesmo tempo em que não há técnicas de poder sem a produção de um conhecimento que as legitime.³ Assim, é através dessa relação principal que o autor vai argumentar que os discursos são muito mais do que palavras. Eles possuem efeitos concretos no mundo e, hoje, a nossa sociedade estrutura-se por meio de discursos.⁴ Com isso, Foucault quer dizer que as nossas instituições, formas de saber, distribuição de poder e todos os aspectos da nossa vida são organizados por eles. Nesse sentido, para entender o funcionamento da nossa realidade, nós precisamos proceder desse princípio.

A partir disso, Foucault chega a uma de suas conclusões mais importantes: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”⁵. Aqui, o autor deixa bem claro esse papel do discurso de não só

² FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

³ Ibid.

⁴ Ibid.

⁵ Ibid, p. 10.

representar a realidade, mas de ser fundamental em sua formulação. Por ter essa visão, Foucault defende que as disputas pelo poder também ocorrem no campo discursivo. Questionar um discurso, apontar seus efeitos é, então, disputar a forma como a temática que ele está abordando é organizada.

Esta pesquisa respalda-se nessa premissa. A partir do entendimento do discurso de gênero do ACNUR, é possível questioná-lo e disputá-lo. Entretanto, os discursos tendem a estarem ocultos em nossa sociedade. Não por estarem escondidos, conforme afirmei, eles são perceptíveis no mundo. Mas sim, porque a nossa sociedade tende a dissimular sua existência. Como Foucault aponta, simultaneamente ao fato de vivermos sob estruturas discursivas, nós fazemos questão de ocultar sua existência.⁶ Isso se dá, principalmente, pela naturalização da nossa vontade de verdade.

Como o autor vai perceber, a organização da nossa sociedade ao redor de estruturas discursivas foi constituída com o tempo e, assim sendo, modificando-se com ele. A contar dos gregos antigos, ele vai notar que os discursos que possuíam maior relevância durante muito tempo eram os que mais convenciam as pessoas. Dessa forma, o que se buscava, na época, era uma retórica perfeita, ou um ritual que pudesse convencer aqueles que estavam submetidos ao respectivo discurso, de que ele deveria ser respeitado. Entretanto, Foucault vai afirmar que um século mais tarde isso muda. Ele diz:

A verdade a mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência. Entre Hesíodo e Platão uma certa divisão se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro e o discurso falso; separação nova visto que, doravante, o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder. O sofista é enxotado. Essa divisão histórica deu sem dúvida sua forma geral à nossa vontade de saber.⁷

Essa transferência de valorização do discurso do como é pronunciado para o que ele está pronunciando fez com que buscássemos a verdade acima de qualquer coisa. Por isso Foucault afirma que essa divisão histórica foi o que gerou

⁶ Ibid.

⁷ Ibid, p. 15

a nossa vontade de verdade.⁸ Assim, cria-se um dos grandes problemas dessa nossa estrutura discursiva: passamos a questionar os discursos enquanto no vocabulário do verdadeiro ou falso. Com isso, a verdade passa a organizar discursos e a ser organizada discursivamente. Por conseguinte, não faz sentido que esse discurso seja considerado um discurso, uma vez que tenha passado pelo crivo de ser a *verdade*.

Entretanto, como aponta o francês, o mundo não nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas: “ele não é cúmplice de nosso conhecimento; não há providência pré-discursiva que o disponha a nosso favor.”⁹ Isso significa dizer que não há uma realidade, ou verdade, a ser descoberta antes dela se tornar um discurso. Não é possível, então, que um discurso a traduza. Muito pelo contrário, como aponta Foucault:

Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nessa prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade.¹⁰

Em outras palavras, os discursos não podem traduzir a realidade. Pelo contrário, eles atuam sobre ela, modificando-a, uma vez que possuem práticas de poder.

É aqui, portanto, que se encontra o problema. Pelo ímpeto de irmos atrás da verdade, não conseguimos perceber as estruturas de poder que operam por meio de um discurso. Como aponta Foucault, é como se para nós a vontade de verdade fosse mascarada pela própria verdade.¹¹ Por isso, é essencial para mim, tanto quanto para o autor, que essa vontade de verdade seja questionada. Ele vai dizer:

Se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, o que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la.¹²

⁸ Ibid.

⁹ Ibid, p. 53.

¹⁰ Ibid, p.53.

¹¹ Ibid.

¹² Ibid, p. 20.

É necessário que se questione, então, a vontade de verdade do ACNUR. Isso significa que a pergunta a ser respondida nas páginas que se seguem é: “Quais os efeitos decorrentes da vontade de verdade do ACNUR sobre as mulheres e meninas refugiadas internas?”. Seguindo Foucault, para respondê-la, é preciso optar por três decisões: “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante.”¹³.

A primeira decisão apontada pelo pensador faz referência à minha própria vontade de verdade. Assim, suspendê-la significa que eu não estarei em busca de responder como essas mulheres deveriam ser tratadas. Meu objetivo com a pesquisa é entender o que a instituição está propondo e apontar seus efeitos. Não vou, por exemplo, apontar o entendimento de gênero da instituição para, em seguida, afirmar qual ele deveria ser. A minha intenção é apontar seu entendimento de gênero e suas consequências que acabam ficando invisibilizadas dentro dessa lógica discursiva.

A segunda, por outro lado, é um movimento que já dei início neste capítulo. Considerar um discurso enquanto um acontecimento é saber que hoje a temática abordada por ele está organizada de uma determinada maneira, mas não foi sempre assim e, muito provavelmente, não será. Ou seja, é não considerá-lo enquanto a própria realidade e, por consequência, ter a ciência de que ele poderia ter sido diferente. Esse é o entendimento que faz com que questionar um discurso faça sentido. Se não o considerássemos enquanto um acontecimento, não poderíamos enxergar a possibilidade de mudança e, portanto, não valeria a pena o esforço.

Por fim, a terceira decisão também já foi iniciada. Quando Foucault ressalta a importância de suspender a soberania do significante, ele quer que tenhamos em mente que os discursos são muito mais do que apenas palavras. Como já foi dito, eles agem sobre o mundo, tanto modificando-o quanto organizando-o. Assim, é justamente por suspendermos a soberania do significante que sabemos da importância de questionarmos um discurso. No caso do ACNUR,

¹³ Ibid, p. 51.

é sempre encararmos um documento como um ordenador de práticas. Nesse sentido, o que a instituição documentou representa muito mais do que apenas palavras juntas, elas informam as medidas tomadas por ela. Dessa forma, se considerar um discurso como um acontecimento é o que torna possível a análise de um discurso, suspender sua soberania do significante é o que torna a ação necessária.

Nesta pesquisa, eu concentro meus esforços em conseguir replicar o discurso do ACNUR, achar seus fundamentos e apontar o que eles representam. Assim, suspendo a minha vontade de verdade, para questionar a da instituição e poder partir do pressuposto de que seu discurso não é a realidade. Com isso, posso afirmar que ela veio a abordar a igualdade de gênero de uma determinada maneira, mas poderia ser outra. Ou seja, mesmo que tente reproduzir o seu discurso como universal e neutro, como se ele fosse a tradução da realidade, ele está localizado e depende de técnicas de poder específicas, ao mesmo tempo em que as reforça e reproduz. Apesar de não me aprofundar neles, são os efeitos práticos desse discurso que me convencem da importância desse trabalho.

Isso posto, podemos começar a entender o ACNUR. Após as três decisões de pensamento apontadas por Foucault, ele descreve ações metodológicas que servem de guia na hora de analisarmos um discurso. Para esta pesquisa, a mais importante é a de levarmos em consideração a descontinuidade de um discurso. Isso significa que o discurso não deve ser considerado infinito, sem começo ou fim. De acordo com o autor, “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”¹⁴. Isso porque, uma vez que o mundo está organizado em estruturas discursivas, é natural que elas se embaralhem, se confundam e sejam replicadas de diversas formas em diferentes contextos. Entretanto, se levássemos isso em consideração a todo momento, a análise acabaria sendo impossível, uma vez que analisar o próprio mundo é impossível. Por isso, um ponto de partida precisa ser determinado.

¹⁴ Ibid, p. 53.

Aplicando este princípio ao ACNUR, decido começar a abordar seu discurso de gênero com o documento *Policy on Age, Gender and Diversity*¹⁵. Com ele, a instituição tem como objetivo “reforçar o compromisso de longa data em garantir que as pessoas estejam no centro de tudo o que ela faz.”¹⁶. Para tanto, ela defende que uma abordagem de idade, gênero e diversidade seja aplicada em todos os aspectos de seu trabalho.¹⁷ Apenas dessa maneira, a instituição afirma, é possível “garantir que as assistidas por ela possam desfrutar de seus direitos em condições de igualdade e participar de forma significativa nas decisões que afetam suas vidas, famílias e comunidades.”¹⁸. Fica evidente como, neste primeiro momento, as pessoas deslocadas internas ainda não estão sendo submetidas a uma separação por gênero. Elas ainda são pessoas no geral. Por esse motivo, escolhi começar com a análise deste documento. A perspectiva de gênero do ACNUR começa a ser implementada por ele e, por conta disso, nos documentos que se seguem, ela já está sendo encarada como de conhecimento geral.

2.1 Discurso do ACNUR

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados aborda as pessoas que assiste a partir da seguinte hipótese:

O deslocamento forçado e a apatridia afetam as pessoas de maneiras diferentes, dependendo da idade, gênero e diversidade delas. Compreender e analisar o impacto da intersecção dessas características nas experiências das pessoas de deslocamento forçado ou apátridas são necessárias para uma resposta eficaz a essa situação.¹⁹

Com isso, a instituição cria a abordagem de idade, gênero e diversidade (*AGD Approach*). De acordo com ela, essa visão é “informada pelos imperativos de promoção da igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas, bem como pelos melhores interesses das crianças”²⁰. Ou seja, essa abordagem foi estabelecida tendo como principal objetivo alcançar a igualdade de gênero.

Desse modo, há dois movimentos concomitantes sendo realizados pela instituição: A criação da *AGD Approach* para melhor assistir às pessoas

¹⁵ UNHCR. **Policy on Age, Gender and Diversity**. 2011.

¹⁶ Ibid, p. 4. Tradução minha.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid, p. 4. Tradução minha.

¹⁹ Ibid, p. 5. Tradução minha.

²⁰ Ibid, p. 8.

deslocadas internas quanto às suas particularidades, principalmente em meio a essa situação; e essa mesma criação, mas para a promoção da igualdade de gênero. No documento, a narrativa funciona como uma crescente. A abordagem nasce para melhor atender a todos, porém sua existência é justificada pela igualdade de gênero e ela acaba se tornando ferramenta para que a mesma seja alcançada. Nesse sentido, a instituição estabeleceu seis ações que precisam ser postas em prática em seus campos para que a *AGD Approach* possa cumprir com seu papel. A primeira delas se chama “Planejamento inclusivo-AGD”²¹, enquanto a última e seu objetivo final é denominada “Avançando a igualdade de gênero”²².

Detalhando esse caminho, a primeira ação é o cadastramento dessas pessoas a partir da classificação de idade, gênero e diversidade²³. De acordo com o ACNUR, elas precisam ser mapeadas quantitativamente “a partir de suas idades, sexo e por outras considerações de diversidade, conforme contextualmente apropriado e possível, para fins de análise e planejamento”²⁴. Assim, essa abordagem torna-se, na verdade, uma série de categorias em que as pessoas deslocadas internas precisam se encaixar. Em seguida tem-se, respectivamente: as ações de Participação e Inclusão, em que metodologias de participação são implementadas em cada estágio da operação “para incorporar as capacidades e prioridades das mulheres, homens, meninas e meninos de diversas origens em programas de proteção, assistência e soluções.”²⁵; a ação de Comunicação e Transparência, em que todas as operações serão sempre comunicadas e detalhadas aos mesmos grupos de interesse²⁶; a de *Feedback* e Resposta, em que a voz dessas pessoas será sempre ouvida pela instituição²⁷; e a de Aprendizagem e Adaptação Organizacional; em que, em resposta aos feedbacks ouvidos pelo ACNUR, a instituição assume o compromisso de sempre se adaptar ao que for necessário²⁸. Até aqui, todas as ações nomeiam explicitamente mulheres, meninas, homens e

²¹ Ibid, p. 9.

²² Ibid, p. 9.

²³ Ibid.

²⁴ Ibid, p. 9.

²⁵ Ibid, p. 9.

²⁶ Ibid.

²⁷ Ibid.

²⁸ Ibid.

meninos como objetos. Esse aspecto das ações reforçam a visão binária que a instituição possui e promove do e no mundo. Mesmo assim, a última ação, “Avançando a igualdade de gênero”, é inteiramente voltada apenas para mulheres e meninas.

Para que essa grande ação ocorra, a instituição sinaliza a importância de cinco direcionamentos. Eles estão organizados da seguinte forma: “mulheres e meninas participam igual e significativamente em todas as tomadas de decisão, gestão comunitária e estruturas de liderança e comitês de pessoas de interesse.”²⁹; em seguida, “mulheres e meninas recebem registro individual e documentação, diretamente ou por meio do apoio fornecido pelo ACNUR”³⁰; a terceira ação é voltada para o igual acesso e controle sobre a gestão de recursos de seus núcleos familiares, em que dependendo do contexto, “as operações do ACNUR aumentarão a porcentagem de mulheres como as principais receptoras de assistência dentro das famílias que recebem material e/ou assistência em dinheiro”³¹. A quarta ainda é dentro da temática de acesso a recursos, na qual a instituição defende que “mulheres e meninas têm igual acesso a oportunidades econômicas, incluindo trabalho decente e educação e serviços de saúde de qualidade”³². Por fim, a quinta ação afirma a necessidade de que “mulheres e meninas têm acesso a serviços abrangentes de prevenção e resposta a VSG [Violência Sexual e de Gênero]”³³.

Com isso, é notório que o foco das ações de igualdade de gênero, assim como as de segurança contra a VSG, são as mulheres e meninas deslocadas internas. O ACNUR vai dizer que, embora o foco desses compromissos seja nas mulheres e meninas, a instituição reconhece que as desigualdades de gênero também impactam negativamente os homens e meninos³⁴. Desse modo, ela entende ser essencial promover direitos iguais, integridade, bem-estar e acesso equitativo aos serviços para todas as pessoas que assiste³⁵. Ainda assim, como está

²⁹ Ibid, p. 9.

³⁰ Ibid, p. 9.

³¹ Ibid, p. 9.

³² Ibid, p. 9.

³³ Ibid, p. 9.

³⁴ Ibid, p. 12.

³⁵ Ibid.

posto, os homens e meninos não são endereçados nas ações que estão mapeadas para promoverem a igualdade de gênero. Dessa forma, reconhecer um aspecto não é agir sobre ele.

Diante disso, é necessário o entendimento do que cada uma das siglas significa da *AGD Approach* significa, uma vez que o ACNUR defende que a utiliza como ferramenta para a promoção da igualdade de gênero. Começando com idade, a instituição faz referência à importância de levar em consideração em que estágio as pessoas se encontram em seu ciclo de vida³⁶. Isso porque, a entidade afirma que as capacidades e necessidades das pessoas mudam com o tempo. Segundo ela, “a idade influencia e pode aumentar ou diminuir a capacidade das pessoas de exercer seus direitos e deve ser considerada em todos os programas de proteção, assistência e soluções”³⁷.

Indo para o entendimento de gênero do ACNUR, ele vai dizer que gênero:

Refere-se aos papéis socialmente construídos para mulheres e homens, que muitas vezes são centrais para a maneira como as pessoas se definem e são definidas por outros. Os papéis de gênero são aprendidos, mutáveis ao longo do tempo e variáveis dentro e entre as culturas. Ele geralmente define os deveres, responsabilidades, restrições, oportunidades e privilégios de mulheres, homens, meninas e meninos em qualquer contexto. Nesse sentido, a igualdade de gênero refere-se ao gozo igual dos direitos, responsabilidades e oportunidades de mulheres, homens, meninas e meninos. O combate à discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero está intimamente ligado à igualdade de gênero, pois desafia os estereótipos negativos de gênero e a discriminação sistêmica decorrente do preconceito. A igualdade de gênero, que é um compromisso central da ACNUR, implica que os interesses, necessidades e prioridades de todos os gêneros sejam respeitados.³⁸

Dessa forma, para a instituição, o gênero é estabelecido com a socialização dessas pessoas e os papéis atribuídos a elas com base em suas diferenças biológicas. Apesar de considerar a existência de mais de dois gêneros, ela trabalha apenas com as classificações de ‘homens’ ou ‘mulheres’. Esse entendimento de gênero também pressupõe que todas as pessoas submetidas à ACNUR estão habituadas a terem seus papéis sociais definidos por seus gêneros. Outra

³⁶ Ibid.

³⁷ Ibid, p. 18.

³⁸ Ibid, p. 19. Tradução minha.

percepção da entidade é a de que esses papéis estão sempre mudando e, justamente por pensar assim, ela pode agir sobre isso e realizar essa mudança.

Nesse sentido, logo após essa definição, a instituição divide gênero em três categorias: Mulheres e meninas; Homens e meninos; e o que ela vai chamar de LGBTI que faz referência às Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexos. Na primeira categoria ela pontua que mulheres e meninas, geralmente, possuem papéis de gênero negativos atribuídos a elas. Isso, de acordo com o ACNUR:

Garante que elas enfrentem barreiras específicas, severas e generalizadas para acessar seus direitos, incluindo menos oportunidades e recursos, menor status socioeconômico, menos poder e influência, além de inúmeras formas de discriminação e intensificação dos riscos de proteção, inclusive de VSG.³⁹

Dessa forma, as desigualdades de recursos, de status socioeconômicos, poder e influência em que as mulheres estão submetidas, para a instituição, são decorrentes de seu gênero e, portanto, desse papel social específico que elas assumem por ser mulher. Dessa forma, a categoria em que essas mulheres e meninas estão sendo comparadas é com a de Homens e meninos. Assim, na categoria deles, a entidade afirma que:

Homens e meninos podem ser agentes de mudança para a promoção de direitos, incluindo o aumento da igualdade de gênero e a prevenção de VSG. O deslocamento cria riscos de proteção para homens e meninos, incluindo tráfico, recrutamento forçado e certas formas de violência, incluindo VSG.⁴⁰

Com isso, fica evidente que a igualdade de gênero pensada e tida como grande objetivo pelo ACNUR também abrange a participação dos homens e meninos deslocados internos.

A categoria de pessoas LGBTI, apesar de estar dentro de gênero, não é abraçada dentro da ideia de igualdade de gênero. Como vimos, ela não está incluída em nenhuma das ações específicas a essa promoção. Aqui, então, a instituição se mostra muito preocupada com a segurança dessas pessoas. Como ela afirma, os que estão inseridos na tipologia LGBTI “enfrentam desafios, ameaças e barreiras complexas e frequentemente estão expostos a discriminação, abuso,

³⁹ Ibid, p. 19. Tradução minha.

⁴⁰ Ibid, p. 19.

preconceito e violência devido ao seu sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero⁴¹. Geralmente, o ACNUR sinaliza, isso é agravado em situações de deslocamento, uma vez que a natureza da discriminação sofrida pode ser particularmente virulenta, o isolamento da família e da comunidade é aprofundado e o dano infligido a essas pessoas é ainda maior.⁴² Assim, mesmo que preocupada com a segurança daqueles dentro dessa divisão, as ações voltadas para a promoção da igualdade de gênero ainda estão dentro de uma lógica binária que não os considera.

Indo para a diversidade, a ideia é que todas as classificações possíveis que ainda não foram abordadas pela instituição estejam presentes aqui. Ela afirma:

Diversidade se refere a diferentes valores, atitudes, perspectivas culturais, crenças, etnias, nacionalidades, orientações sexuais, identidades de gênero, deficiências, saúde, status social e econômico, habilidades e outras características pessoais específicas. As características da diversidade variam de pessoa para pessoa e se cruzam, tornando cada pessoa única. Essas diferenças devem ser reconhecidas, compreendidas, respeitadas e valorizadas pelo ACNUR em cada contexto e operação, a fim de atender efetivamente às necessidades de todas as pessoas de interesse. Respeitar a diversidade significa reconhecer e valorizar essas diferenças e criar um ambiente protetor, inclusivo e não discriminatório onde os direitos de todos são defendidos.⁴³

Assim, diversidade não é uma classificação fixa. Ela muda de pessoa para pessoa e de contexto para contexto. Além disso, não há o reconhecimento de uma desigualdade estrutural por conta dessas ‘diversidades’. Isso significa que, quando a comparação de acesso a direitos está sendo feita, a lógica binária entre homens e mulheres prevalece. Ou seja, admitir que existem diferentes formas de ser além da separação entre homens e mulheres é muito diferente de reconhecer que essas outras diferentes formas também influenciam no acesso a direitos e recursos que essas pessoas deveriam ter.

Desse modo, afirmo que o discurso de gênero do ACNUR é voltado para as mulheres e meninas e a promoção de suas igualdades com relação aos homens e meninos. A forma como a entidade pretende fazer isso será abordada mais adiante. No entanto, o aspecto central desse discurso já pode ser apontado: para o

⁴¹ Ibid, p. 19.

⁴² Ibid.

⁴³ Ibid, p.19.

ACNUR, o principal determinante da desigualdade de acessos é o gênero. A partir dele, sociedades são estruturadas e organizadas. Dessa forma, o poder - seja ele de influência, monetário ou decisório - sempre será distribuído privilegiando os homens e meninos às mulheres e meninas.

Assim, nos termos do discurso foucaultiano, organizar o mundo dessa maneira é um acontecimento acidental, cujas condições de possibilidade e efeitos procuro apresentar nesta monografia.

2.2 Gênero como princípio organizacional

Nesse sentido, Oyěwùmí muito bem pontua que pesquisadoras feministas usam gênero como o modelo explicativo para compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo. Assim como o ACNUR, a autora também entende gênero é como uma construção sociocultural⁴⁴. Entretanto, por pensar dessa maneira, ela chega a conclusões diferentes das da instituição. Para a entidade, o fato de gênero ser um papel socialmente construído e assumido, tanto por homens quanto mulheres, é motivo suficiente para considerá-lo enquanto princípio organizador das sociedades. Já Oyěwùmí vai, justamente, criticar esse movimento. Para ela, o fato de gênero ser socialmente constituído deveria impedir que esse tipo de universalização acontecesse. Mesmo assim, a autora quer compreender a origem dessa visão de mundo, em que a classificação de gênero é a utilizada para entendê-lo.

Dessa forma, Oyěwùmí aponta que grande parte das produções de conhecimento sobre gênero são formuladas a partir da Europa e dos Estados Unidos.⁴⁵ Segundo ela, como resultado dessa concentração de produção de conhecimento, o gênero tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo e na tarefa política de prescrever

⁴⁴ OYEWUMI, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms, 2004.

⁴⁵ Ibid.

soluções.⁴⁶ Por isso, defende que “devemos questionar a identidade social, interesses e preocupações das fornecedoras de tais conhecimentos”⁴⁷.

Assim, ela ai afirma que está evidente que o gênero de fato impacta e muito as experiências das mulheres euro-americanas⁴⁸. Essas vivências, então, originaram o desejo de transformação dessa realidade que forneceu a elas a base para as perguntas, conceitos, teorias e principais preocupações quando produziram suas pesquisas de gênero. Dessa forma, pesquisadoras feministas usam gênero como o modelo explicativo para compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo.⁴⁹ Ou seja, elas partem de vivências muito específicas e localizadas para compreenderem opressões sofridas por todas mulheres. Como afirma Oyèwùmí:

De uma só vez, elas assumem tanto a categoria "mulher" e sua subordinação como universais. Mas gênero é antes de tudo uma construção sociocultural. Como ponto de partida da investigação, não podemos tomar como dado o que de fato precisamos investigar. Se o gênero predomina tão largamente na vida das mulheres brancas com a exclusão de outros fatores, temos que perguntar: por que gênero? Por que não outra coisa?⁵⁰

Percebe-se que o ACNUR trata gênero da mesma maneira que as feministas criticadas por Oyèwùmí . Estou considerando a instituição, portanto, como reprodutora de conhecimentos generalistas sobre gênero a partir de uma chave discursiva que concebe o que se imagina ser as vivências de mulheres e meninas euro-americanas enquanto universais. Dessa forma, assim como as feministas criticadas pela autora, ao invés de a entidade se perguntar se a categoria de gênero é, de fato, a melhor para explicar as dinâmicas de opressão de uma sociedade; ela assume que, por essa visão estar fundamentada em um contexto cultural tido como generalista, ela equivale ao de todas as pessoas que assiste. Sendo assim, é necessário entender de onde vem esse entendimento de gênero que é tido como esse princípio organizador.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid, p. 2.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid, p. 2.

Na busca dessa resposta, Oyěwùmí sugere que os conceitos feministas advindos desse tipo de teorização estão enraizados sobre a família nuclear.⁵¹ Para ela, a família nuclear é composta por uma mãe, um pai e seus filhos que também são estratificados por gênero. Ela vai dizer:

A família nuclear é uma família generificada por excelência. Como uma casa unifamiliar, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal, e as filhas e filhos. A estrutura da família, concebida como tendo uma unidade conjugal no centro, presta-se à promoção do gênero como categoria natural e inevitável, porque dentro desta família não existem categorias transversais desprovidas dela. Em uma família generificada, encabeçada pelo macho e com dois genitores, o homem chefe é concebido como ganhador do pão, e o feminino está associado ao doméstico e ao cuidado.⁵²

Assim, os papéis e responsabilidades das pessoas dentro da família nuclear, que seria o primeiro ponto de sociabilização de cada uma delas, é determinado por seus gêneros. Por isso, é natural que as pessoas que tenham passado por essa vivência enxerguem o mundo a partir desse tipo de estratificação. Entretanto, a pesquisadora defende que a concepção da própria família nuclear é específica a contextos ocidentais. Como fruto de sua própria pesquisa, Oyěwùmí sinaliza que “a família nuclear continua a ser uma forma alienígena na África, apesar da sua promoção pelos Estados colonial e neocolonial, agências internacionais de (sub)desenvolvimento, entre outros”⁵³. Dessa forma, enxergar o mundo inteiro a partir desta lente está errado, uma vez que ele não funciona assim.

Por isso, a pesquisadora vai afirmar que “apesar do fato de que o feminismo se tornou global, é a família nuclear ocidental que fornece o fundamento para grande parte da teoria feminista.”⁵⁴ Por consequência, a autora ressalta que, como raça e classe não são normalmente variáveis na família, faz sentido que quem parte dessa concepção, não veja raça ou classe como influentes nas dinâmicas de opressão.⁵⁵ Dessa maneira, é inevitável que o princípio organizacional do mundo, para o ACNUR, seja o gênero.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid, p. 3-4

⁵³ Ibid, p. 4.

⁵⁴ Ibid, p. 3.

⁵⁵ Ibid.

Com isso definido, é possível perceber como essas apropriações conceituais da instituição são, com efeito, uma dentre muitas possíveis, e não a tradução da realidade como a estrutura discursiva foucaultiana faz parecer. Neste capítulo, empenhei-me em apontar a importância de olhar para o mundo como organizado em estruturas discursivas, para questionar o discurso que defende gênero enquanto o principal princípio organizacional. Agora, enquanto nos aprofundamos em seu discurso, já sabemos quais são seus principais termos. Por exemplo, quando a instituição está falando sobre mulheres e meninas, ela está se referindo às mulheres e meninas que tiveram seus papéis na sociedade definidos pela constituição da família nuclear. Ou seja, apesar de ter toda uma chave de diversidade em sua *AGD Approach*, a entidade enxerga o mundo apenas a partir de uma lente de gênero binária.

3. Participação, empoderamento e agência

Após ter estabelecido que uma de suas prioridades é a promoção da igualdade de gênero, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados se compromete a garantir cinco direitos às mulheres e meninas que assiste. O primeiro citado pela agência é a participação de forma igual e significativa em toda tomada de decisão, gestão da comunidade e em estruturas de liderança. Em seguida, são apresentados os direitos ao acesso à documentação e registros legais, bem como ao controle sobre o fornecimento e gestão de alimentos. O quarto e o quinto direitos fazem referência, respectivamente, ao igual acesso a oportunidades econômicas, trabalho decente, educação de boa qualidade e serviços de saúde; e ao acesso a prevenção e resposta abrangente à Violência Sexual e de Gênero (VSG).⁵⁶

Essa enumeração de direitos inicia o documento denominado ‘*Gender Equality Toolkit*’. Ele é responsável por constituir de forma objetiva os conceitos com os quais a ACNUR trabalha e, principalmente, por apontar os objetivos gerais da agência com essas políticas. Por isso, ele é tido como base para todos os programas voltados para a igualdade de gênero que a instituição promove. De acordo com o próprio, ele foi projetado para fornecer ao pessoal do ACNUR - equipe, força de trabalho afiliada e consultores - orientação prática, dicas, informações e recursos para apoiar o alcance da igualdade de gênero.⁵⁷

Colocar o direito à *participação* como o primeiro a ser garantido não é mero acaso. A agência escolheu priorizá-lo como estratégia de enfrentamento da desigualdade de gênero:

Para o ACNUR, a participação de pessoas de interesse, especialmente, a de mulheres e meninas, é um imperativo estratégico. Ela foi identificada como uma das Prioridades Estratégicas Globais do ACNUR por muitos anos. A participação de mulheres e meninas em estruturas de liderança e gestão, em particular, é um compromisso fundamental assumido pelo ACNUR e apoiado por vários marcos de política interna e externa; é também um elemento-chave para a integração de gênero.⁵⁸

Assim, argumento que a participação feminina é o objetivo principal da instituição; todos os demais direitos são mapeados visando garantir a sua plena realização. Dessa forma, fica evidente que o discurso sobre gênero do ACNUR é

⁵⁶ UNCHR. *Gender Equality Toolkit*. 2020.

⁵⁷ *Ibid*, p.3

⁵⁸ *Ibid*, p.60

centrado no vocabulário de participação e, por essa razão, ele será o foco deste capítulo na busca por entendermos esse discurso.

É importante ressaltar, no entanto, que a entidade está apenas seguindo um paradigma há muito estabelecido nas discussões sobre gênero dentro da ONU. Em julho de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas criou a ONU Mulheres, que é a entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, para conseguir dar mais foco à promoção da igualdade de gênero no mundo.⁵⁹ Com esse movimento, a ONU estabeleceu quatro prioridades. São elas: incentivar a liderança e participação das mulheres de forma igualitária; promover a segurança de renda, trabalho decente e autonomia econômica; livrar mulheres e meninas de todas as formas de violência; e que elas contribuam e tenham maior influência na construção de paz e resiliência sustentáveis.⁶⁰ Outro exemplo disso são as Resoluções formuladas pelo Conselho de Segurança para a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança. Enquanto elas começaram a ser feitas no ano 2000⁶¹, o primeiro documento a oficializar as abordagens de gênero do ACNUR, como vimos, é datado de 2011⁶².

Já na primeira Resolução voltada para a temática de gênero do Conselho, é apontada a própria manutenção da paz como dependente de uma maior participação das mulheres nas negociações desse processo de reconstrução. O espírito da Resolução expressa:

preocupação com o fato de que civis, especialmente mulheres e crianças, representam a grande maioria das pessoas afetadas adversamente por conflitos armados. (...) E reafirmando o importante papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz, enfatizando a importância de sua participação igualitária e total envolvimento em todos os esforços para a manutenção e promoção da paz e segurança, e a necessidade de aumentar o seu papel na tomada de decisões no que diz respeito à prevenção e resolução de conflitos.⁶³

⁵⁹UN WOMEN. Mulheres. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/about-us/about-un-women>. Acesso em: 2 dez. 2021.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 1325. AG Index: S/RES/1325, trinta e um de outubro de 2000. Disponível em: <https://www.un.org/>

⁶² UNHCR. Age, Gender, and Diversity. 2011. op. cit.

⁶³ CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000, op.cit.1. tradução minha

Na resolução formulada nove anos depois, o Conselho de Segurança declara “profunda preocupação com a sub-representação das mulheres em todas as fases dos processos de paz” e “reitera a necessidade da participação plena, igual e efetiva das mulheres em todas as fases dos processos de paz, dado o seu papel vital na prevenção e resolução de conflitos e consolidação da paz”.⁶⁴ O ACNUR também atribui às mulheres essa posição central nos programas de transformação de conflitos. Como está explícito no website da própria agência:

As mulheres têm demonstrado uma enorme resiliência ao refazer suas vidas e a de seus familiares, levando desenvolvimento e progresso às comunidades que as acolhem. Mesmo assim, elas enfrentam os perigos de longas jornadas para chegar a um lugar onde possam viver sem violência. Esta realidade justifica a atenção especial que o ACNUR oferece às mulheres e meninas solicitantes de refúgio, refugiadas, deslocadas internas, retornadas e apátridas tanto a nível global como regional.⁶⁵

Fica evidente, portanto, que o Sistema ONU como um todo lida com a desigualdade de gênero de maneira muito homogênea. O discurso proferido pelo ACNUR está inserido nessa visão específica e amplamente compartilhada por diversos órgãos e instituições. Por isso, neste capítulo, há o esforço de entender, especialmente, o que a entidade para refugiados está querendo dizer quando defende a participação feminina como uma maneira de enfrentar a desigualdade de gênero, e o que ela efetivamente faz ao promovê-la.

Como veremos, o conceito de participação vem acompanhado do de empoderamento. Dentro da ACNUR, eles nascem de documentos que se dispuseram a estudar as mulheres e meninas deslocadas internas. Mesmo assim, ambos já haviam sido discutidos tanto dentro da agenda de segurança, quanto da de desenvolvimento quando voltadas para gênero. Por isso, utilizarei questionamentos já feitos por outras pesquisadoras em diferentes contextos com a finalidade de buscar tais respostas dentro do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

⁶⁴CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 1889. AG Index: S/RES/1889, cinco de outubro de 2009. Disponível em: <https://www.un.org/>. Tradução minha.

⁶⁵ACNUR. Mulheres. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/temas-especificos/mulheres/>. Acesso em: 29 set. 2021.

Dessa forma, há dois questionamentos centrais que guiam o capítulo a partir daqui: o que é participação para o ACNUR e qual a sua relação com empoderamento. Ao fazê-los, o conceito de agência surge como um pressuposto silencioso dessa relação. Isso significa que a instituição não o aborda abertamente, ao contrário, parte de um entendimento dele como se fosse o único possível e embasa seu discurso apoiado nele. Assim, ao final, duas perguntas também precisarão ser respondidas: qual é o entendimento de agência para o ACNUR e seus desdobramentos.

3.1 Participação e sua relação com empoderamento

De acordo com o ACNUR, o termo “participação” se refere a um processo de redistribuição de poder. A instituição se baseia nos estudos de Sherry Arnstein sobre participação cidadã, definida como “a redistribuição de poder que permite aos cidadãos sem recursos, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, serem deliberadamente incluídos no futuro”⁶⁶. Aplicada à realidade de mulheres e meninas deslocadas internas, o conceito se torna “o processo pelo qual elas podem reclamar suas agências individuais e coletivas durante o momento mais difícil de suas vidas”⁶⁷. Por conta disso, um estudo foi feito pelo Alto Comissariado com o objetivo de descobrir quais são os principais obstáculos que essas mulheres enfrentam para participarem e como superá-los. O resultado está no documento “*Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls’ Participation in Humanitarian Settings*”. Nele, foram identificadas maneiras como mulheres e meninas deslocadas internas podem realizar substancialmente o seu direito de participar nas tomadas de decisões em seus âmbitos familiares, em suas comunidades e suas nações.⁶⁸

Participação, então, não é apenas estar presente. É ser capaz de tomar decisões em determinados espaços. Como está explícito no documento *Gender Equality Toolkit*, a participação de mulheres e meninas é significativa quando elas não são meramente espectadores, mas participantes ativas nas tomadas de

⁶⁶ UNHCR. **Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls’ Participation in Humanitarian Settings**. 2020. p.19. Tradução minha.

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Ibid. p.8

decisões: compartilhando ideias, fornecendo informações, determinando prioridades, estabelecendo agendas e participando de soluções.⁶⁹ A tomada de decisão é, portanto, extremamente importante para o entendimento do que é participação e será debatida com mais profundidade no decorrer do capítulo.

Há duas dimensões em que essa participação é avaliada concomitantemente. A primeira é chamada de “tipos de participação” e varia de “passivo” (não participação) para o poder total de tomada de decisão. A segunda diz respeito aos espaços de participação, sendo eles: o espaço individual e doméstico; o espaço local que compreende a comunidade e / ou acampamento; e níveis estaduais / nacionais que são frequentemente dominados pela elite⁷⁰. Assim, há uma análise combinatória da forma como a participação dessas mulheres pode ser classificada (ver Tabela 1)⁷¹:

⁶⁹ UNCHR. Gender Equality Toolkit. 2020. p.61. (op. cit.)

⁷⁰ UNHCR. Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls’ Participation in Humanitarian Settings. 2020, op. cit, p.19. Tradução minha.

⁷¹ Ibid, p.20

Types of Participation	Spaces of Participation		
	Individual/Household	Local/Community	National
<p>Passive: No participation, decisions are made for women and girls by those holding more power, often men and boys in either their household or community, or by the government or aid system.</p>	<p>A 13-year old IDP girl's father decides to marry his daughter for a bride price without asking her consent or consulting the girl's mother.</p>	<p>The male elders in the camp committee decide which households will benefit from a pre-natal nutrition program. They choose the wives of the committee members and their extended families.</p>	<p>The government develops a policy on the relocation of several major IDP camps following a peace agreement. The government consults a small handful of the most powerful male community leaders and does not inform or consult IDP women or girls.</p>
<p>Information-sharing: Women and girls have access to information that helps them make decisions that preserve their safety and well-being under the circumstances.</p>	<p>A woman goes to a women and girls' safe space and learns that there is a program for female-headed households to obtain a small plot of land for cultivating vegetables. She learns the vulnerability criteria and where she can go to enroll for the program.</p>	<p>Women leaders in an IDP camp hold an information session for women and girl residents on where they can go to file complaints in the camp when their rights are violated or when they feel they have been unfairly passed over in an aid distribution.</p>	<p>IDP women hear through a radio program broadcast in their language that there are national elections being carried out and that citizens have the right to vote. However, polling stations are situated at a long distance from where the women live.</p>
<p>Consultation: IDP women and girls are provided with opportunities to share their opinions on a project, a policy or a community decision that is led by an entity more powerful than they are (including the tribe, an aid agency, or the government). The opinions they express may or may not have impact on what happens next.</p>	<p>A man tells his wife he is considering relocating the family back to their village from an IDP camp and asks her opinion on whether this is a good choice for the family. She feels it is safer to stay in the camp, but he continues to the village by himself to see if any of his possessions remain, leaving the family in the camp.</p>	<p>A humanitarian agency holds focus group discussions with IDP women and girls participating in a WGSS before commencing a new livelihoods project. The women and girls request that the agency give them a parcel of land that they can cultivate and some basic math and literacy skills that will enable them to sell their products and save the money. The agency says they will consider these requests, but they cannot promise that all will get what they have asked for.</p>	<p>A group composed of educated women activists participating in national peace talks holds consultations with a group of IDP women residing in the capital to ask them to express their wishes for the upcoming peace process. The activists write down what the women share and tell them they will try to raise these concerns during the peace talks.</p>

Types of Participation	Spaces of Participation		
	Individual/Household	Local/Community	National
Women are in the room but not at the table: Women are convened to participate in formal and informal structures that issue decisions, but their roles are subsidiary to those of more powerful persons, usually men.	An IDP woman receives seeds and a small parcel of land from a humanitarian agency and uses it to cultivate vegetables; her husband takes the vegetables, sells them in the market and gives 10 percent of the profits to his wife.	A humanitarian agency responsible for managing an IDP camp appoints 10 men and 10 women to serve as representatives; the men have an office and take charge of meetings and decisions made about aid within the camp, while the women have no office and have to hold sessions with their constituents in their houses.	Women are appointed to high positions in the Ministry concerned with women and children's issues. A delegation of women is brought to a peace negotiation but several of the male parties refuse to discuss the agreement with the women.
Collaboration in decision-making: Women are not only present in circles of decision-making, but they have the ability to bring forth and act upon their interests and concerns and those of other women and girls.	Several IDP adolescent girls participating in a WGSS create a village savings and loan association. They vote to make decisions about who can use the money and when. They decide to use the money to purchase a plot of land where widows and disabled women can grow crops and keep chickens.	A camp management committee in an IDP camp is composed of a chairman and a chairlady who are chosen through open elections, and a male and female leader are selected by people from each zone of the camp. All decisions in the committee are made jointly and democratically through the women's and the men's sides of the leadership.	A coalition of IDP women from an ethnic minority traditionally marginalized participates in a post-conflict national dialogue, voicing their particular concerns and advocating that these be redressed in the transitional constitution.
Full decision-making power and leadership: women and girls are able to dictate the agenda equally to men and other stakeholders and wield the resources to make their decisions happen.	An IDP woman earns an income and makes all decisions on how money is spent in her household and on her family.	An IDP woman heads a dual-gender local justice committee in an informal IDP settlement that issues decisions on complaints based on the nation's actual laws and policies.	Women hold many seats in the parliament and lead several hard power Ministries, in which they have the ability to issue decisions about financial, security, and political issues. They ensure that legislation that protects women's inheritance rights is passed and implemented.

Tabela 1: A estrutura da participação de mulheres e meninas em deslocados internos com exemplos

O ACNUR se esforça em deixar evidente em diversos momentos que não atribui uma hierarquia de importância entre os espaços. Ela afirma não haver predileção entre participar no ambiente individual ou comunitário⁷², por exemplo. Entretanto, ela não expande essa colocação com relação aos tipos de participação. Assim, entendo que há uma progressão desses tipos, tornando-os níveis a serem alcançados. Com isso, a instituição considera todas as mulheres e meninas em um determinado nível - o início - e assume que elas precisam chegar ao final. Com

⁷² Ibid, p. 19.

isso está, portanto, desenhado a origem e o fim do programa de participação para mulheres e meninas do ACNUR.

Além disso, como observamos na Tabela 1, podemos concluir que o que está sendo analisado pelo ACNUR é a distribuição de poder entre essas mulheres e meninas deslocadas internas em comparação com o poder dos homens e meninos que as cercam. A instituição, no entanto, não se esforça em definir de forma específica o que ela entende como poder, assumindo que o significado do conceito está dado. Ao mesmo tempo em que os níveis de tipos de participação vão avançando conforme as mulheres e meninas vão ganhando poder capacidades de escolha. Por isso, entendo que a associação de poder para a instituição com ‘ser capaz de tomar decisões’ é justificada pela forma como os termos são empregados. Quando o ACNUR entende como o fim do processo de participação o pleno poder de tomada de decisão, ela também iguala poder à capacidade de tomar decisões.

Desse modo, proponho que o estudo revela ao menos dois pressupostos sustentando o entendimento por parte do ACNUR dessas mulheres e meninas. O primeiro é que elas não participam e isso é um problema. Como participação é um processo de redistribuição de poder, elas, então, são consideradas desempoderadas, ou seja, sem poderes. Como também ficou estabelecido, o ACNUR está entendendo poder como ser capaz de tomar decisões e, dessa forma, ao afirmar que elas são desempoderadas, também afirma que não são capazes de tomar decisões. Aqui, ficamos na dúvida se essa falta de capacidade é porque essas mulheres e meninas são estruturalmente excluídas do processo de decisão ou se são, inerentemente, incapazes. A instituição, no entanto, tenta nos convencer de que é a primeira opção. Por agora, a principal conclusão desse pressuposto, é que elas começam seu caminhar dentro da instituição sendo consideradas passivas nos próprios termos do ACNUR. O segundo pressuposto assumido é uma consequência do primeiro. Pela instituição encarar essas mulheres e meninas dessa forma, ela idealizou um programa voltado para auxiliá-las em busca dessa maior participação. Assim, a entidade entende que elas precisam de ajuda e que, quem deve fornecê-la a elas é a própria instituição

Nesse sentido, a instituição possui o entendimento de que essas mulheres só poderão atingir a plena participação quando se tornarem empoderadas: “é crucial que mulheres e meninas sejam ativas e empoderadas em todos os níveis para ter um sistema verdadeiramente participativo.”⁷³ Assim, o empoderamento é fundamental para a participação significativa de mulheres e meninas e tem dimensões individuais e comunitárias.

Afirmo, portanto, a necessidade de dominarmos outro conceito chave para a instituição nessa temática: o de empoderamento. Dentro do ACNUR, “empoderamento” consiste em fornecer apoio e capacitação às populações afetadas para que tenham o conhecimento e a oportunidade de tomar decisões bem informadas, fornecer soluções e participar na tomada de decisões. Empoderamento, então, é um processo. De acordo com a instituição é:

o processo pelo qual mulheres (e homens) em posições desfavorecidas aumentam seu acesso ao conhecimento, recursos e poder de tomada de decisão, e ampliam sua consciência de como participar de suas comunidades, a fim de ter maior controle sobre seu próprio ambiente e seu futuro.⁷⁴

Ser empoderada, então, é ter a habilidade de tomar decisões e, assim, participar.

A temática de empoderamento não é monopólio da ACNUR. A literatura feminista está bastante habituada a trabalhar com ela e já buscou entender como o conceito é empregado pela comunidade internacional quando o assunto é igualdade de gênero. O trabalho da pesquisadora Naila Kabeer⁷⁵ é um grande exemplo disso. Proponho, inclusive, que em seu estudo sobre como o empoderamento feminino vem sendo medido e acompanhado pela comunidade internacional, ela chega a definir seus conceitos de forma muito parecida com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

O primeiro passo dado pela autora, por exemplo, é definir poder enquanto a habilidade de tomar decisões.⁷⁶ Essa definição é crucial para o que ela entende como empoderamento: o processo pelo qual as pessoas que tiveram suas

⁷³ Ibid, p. 19.

⁷⁴ UNHCR. Gender Equality Toolkit. 2020. p.61. (op. cit.)

⁷⁵ KABEER. Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment. 1999.

⁷⁶ Ibid. p. 436.

capacidades de tomar decisões negadas, adquirem essa habilidade⁷⁷. Em outras palavras, o empoderamento envolve um processo de mudança. Pessoas que exercem muitas decisões em suas vidas podem ser muito poderosas, mas elas não têm poder no sentido assumido pela autora, uma vez que nunca foram desempoderadas em primeiro lugar.⁷⁸

O conceito da pesquisadora tem relação com os tipos de participação do ACNUR. Uma mulher desempoderada, por exemplo, participa de forma passiva; enquanto que uma mulher empoderada possui o pleno poder de tomar decisões e, portanto, está no último nível de participação. Assim, participação é o processo pelo avanço nos níveis de tipos de participação dentro dos espaços, e empoderamento é a condição para que o caminho seja percorrido. É de suma importância não confundir esse conceito com o de participação. Apesar de empoderamento também ser um processo, ele não é o processo que permite que o de participação venha em seguida. Para o ACNUR, primeiro se empodera essas mulheres, para depois fomentar sua participação. Em resumo, o que estou argumentando é: por considerar o empoderamento como imperativo para a participação, a prioridade da instituição é fomentá-lo.

Assim, saímos da chave de participação para entrarmos completamente na de empoderamento. Até aqui, entendemos o que a instituição está aspirando para essas mulheres e meninas por participação e entendemos também que ela só é alcançada com o empoderamento. Agora, o ACNUR se depara com outra questão: quais são os obstáculos que impedem a participação dessas meninas? Em outras palavras, a instituição precisa empoderá-las para que consigam passar por quais obstáculos? Desse modo, seu estudo⁷⁹ não é sobre como fomentar a participação dessas mulheres, mas sim quais são seus impeditivos. Ou seja, quais são os fatores que negam suas capacidades de tomada de decisão. A partir daqui, então, a participação se torna secundária, apesar de ser o objetivo principal do ACNUR. Por isso, veremos que os esforços da agência estão em empoderar essas mulheres.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ Ibid. p. 437

⁷⁹ UNHCR. *Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls' Participation in Humanitarian Settings*. 2020. (op. cit.)

A primeira impressão assumida, portanto, é a de que elas são, necessariamente, desempoderadas. De uma só vez, cria-se a imagem da mulher deslocada interna como sem empoderamento e, por consequência, da mulher empoderada como o fim da interferência da ACNUR. Desse modo, a pergunta final que a instituição busca responder é: como empoderá-las para que participem?

3.2 Empoderamento como foco da agenda de igualdade de gênero

A instituição, então, possuía duas escolhas: assumir que já sabia como empoderar essas mulheres e meninas, ou perguntar a elas o que as desempodera. Por isso, entendo que precisamos responder a duas outras perguntas. Em primeiro lugar, questionarmos qual é a fonte do conhecimento do ACNUR sobre essas mulheres e meninas, para em seguida, entendermos a quais conclusões ela chega. Ou seja, entendermos o que a instituição está enxergando como um problema de empoderamento.

Assim, em busca dessas respostas, a entidade realiza o movimento de voltar-se para essas mulheres e meninas e questioná-las sobre o que precisam para serem empoderadas. A instituição se empenhou em evitar assumir o que elas necessitavam, perguntando-as “o que vocês precisam para que se tornarem empoderadas?”. O resultado disso está no documento “*Dialogues With Refugee Women*”⁸⁰. Ele é decorrência de uma ação do ACNUR com mulheres e meninas refugiadas e deslocadas internas, em que a agência as reuniu em diversos campos para ouvi-las por meio de uma série de dinâmicas. O relatório se propõe a resumir e elencar os principais obstáculos que as próprias mulheres e meninas levantaram durante esses momentos.

De acordo com a entidade, as participantes desse Diálogo explicaram que obstáculos financeiros, práticos, culturais e outros - incluindo a falta de educação e treinamento - muitas vezes as impedem de participar de forma significativa nos mecanismos de tomada de decisão em suas comunidades.⁸¹ Como resultado, suas necessidades são frequentemente reconhecidas e atendidas de forma inadequada. As mulheres pediram aos governos, ao ACNUR e a parceiros do primeiro que

⁸⁰ UNCHR. *Dialogues With Refugee Women*. 2013

⁸¹ *Ibid.*

desenvolvessem suas capacidades [*build their capacities*] e abrissem espaços para uma maior participação nos processos de tomada de decisão que afetam todos os aspectos de suas vidas.⁸² Além disso, a agência aponta que projetos geradores de renda são o que as próprias mulheres deslocadas pedem e que representam um passo concreto para seus empoderamentos quando permitem que elas tenham maior controle dos recursos.⁸³ Em suma, a conclusão a que a instituição chega é a de que para que essas mulheres participem, elas precisam ser capacitadas (leia-se: ganhar a habilidade de tomar as melhores decisões), e ter acesso a recursos. É perceptível, portanto, que essa conclusão é a mesma observada no estudo sobre como promover suas participações. O grande diferencial, aqui, é que ela está, teoricamente, advindo das próprias deslocadas internas.

A instituição, então, faz dois movimentos. Em 2013, com o “*Dialogues With Refugee Women*” ela pergunta às mulheres o que elas precisam, e, em 2020, com o “*Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls’ Participation in Humanitarian Settings*” ela as estuda para descobrir o que as impedem de participar. Dessa forma, a fonte de conhecimento do ACNUR sobre essas mulheres e meninas estaria nelas mesmas. No entanto, a comunidade internacional, por meio da agenda de Mulheres, Paz e Segurança, já trabalhava com o mesmo paradigma descoberto pela instituição. De volta às Resoluções, a de 2009 já pontuava como condição crucial de participação o atendimento às necessidades e prioridades para mulheres e meninas⁸⁴. Essas necessidades incluem: apoio para maior segurança física e melhores condições socioeconômicas, por meio de educação; atividades de geração de renda; acesso a serviços básicos, em particular, serviços de saúde, incluindo saúde sexual e reprodutiva, direitos reprodutivos e saúde mental; aplicação da lei com perspectiva de gênero e acesso à justiça; bem como aumentar a capacidade de se envolver na tomada de decisões públicas em todos os níveis⁸⁵.

⁸² Ibid, p.14.

⁸³ Ibid, p.34.

⁸⁴ CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 1889. AG Index: S/RES/1889, cinco de outubro de 2009. Disponível em: <https://www.un.org/>. (op. cit.). Tradução minha.

⁸⁵ Ibid.

Com isso, há duas possibilidades: o ACNUR realizou o movimento de questionamento a essas mulheres e meninas já sabendo as suas respostas, ou o que elas precisam para se empoderarem, realmente, equivale ao que consta em ambos os locais. De qualquer maneira, o ponto principal para esta pesquisa é que o discurso de gênero da instituição circula para muito além dela e em termos muito parecidos. Isso já era esperado, uma vez que o próprio Foucault nos chamou a atenção no capítulo anterior para essa rarefação dos discursos⁸⁶. Assim, questionamentos e estudos que estão olhando a priori para outros âmbitos, também podem estar tratando sobre o ACNUR.

Por isso, é perceptível, tanto por parte do ACNUR quanto pelo restante da agenda de gênero, o foco dado a acesso a recursos para o empoderamento dessas mulheres e meninas. Isso é percebido no foco de ações de geração de renda. Por exemplo, a instituição descobriu que mulheres e meninas deslocadas internas estão frequentemente preocupadas em suprir suas necessidades de segurança e sobrevivência. O diagnóstico feito pela entidade foi de que esse era o principal obstáculo em suas participações:

O esforço para garantir as necessidades de sobrevivência e permanecer seguras é uma barreira fundamental para mulheres e meninas deslocadas internas reivindicarem seus direitos de participar e tomar decisões sobre seu bem-estar.⁸⁷

Assim, entendemos até aqui a fonte que o ACNUR considerou para documentar o que entende como empoderamento e a prioridade que dá a acessos como principal forma de promovê-lo. A partir daqui, podemos questionar esse discurso de empoderamento e entender o que o está fundamentando. Para isso, voltamos a pesquisadora Naila Kabeer⁸⁸ que se compromete em entender essa relação entre acesso a recursos e empoderamento para essa agenda de promoção de igualdade de gênero.

Para começar, ela define empoderamento como o processo do ganho da habilidade de tomar decisões e, por isso, inicia uma longa discussão sobre a

⁸⁶ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. (op. cit.).

⁸⁷ UNHCR. **Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls' Participation in Humanitarian Settings**. 2020, p.8.

⁸⁸ KABEER, Naila. **Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment**. 1999.

qualidade dessas escolhas e das dimensões em que elas ocorrem⁸⁹. Um dos principais pontos da autora em comum com o da agência é de que fazer escolhas, necessariamente, implica a existência de alternativas; a habilidade de ter escolhido de forma diferente.⁹⁰ Por exemplo, tanto ela quanto o ACNUR aquiescem a ideia de existir uma associação lógica entre pobreza e desempoderamento. A insuficiência dos meios para atender às necessidades básicas de alguém muitas vezes exclui a capacidade dessa pessoa de exercer, de fato, uma escolha significativa.⁹¹ Desse modo, a autora defende que escolhas que são feitas com o objetivo de sobreviver não podem ser consideradas como um processo de empoderamento, uma vez que elas não partem de alternativas. Por isso, é natural que Kabeer chegue à conclusão de que nem toda escolha feita é relevante para o conceito de poder e, portanto, de empoderamento. Em outras palavras, o foco do ACNUR - e de outros órgãos pela promoção da igualdade de gênero - em acesso a recursos e geração de renda advém da tentativa de dar a essas mulheres e meninas maiores possibilidades de escolha.

Assim, a discussão sobre acesso a recursos como estratégia de empoderamento parece ser o foco do que se tornou a agenda feminista internacional. Por isso, entender quais escolhas fazem parte do processo de empoderamento e quais não, é de extrema importância dentro dessa chave de pensamento. Na tentativa de conseguir entendê-las, então, Kabeer opta por pensar o processo de empoderamento em três dimensões inter-relacionadas. A primeira discutida por ela é, justamente, recursos. Eles são a pré-condição para que o processo de empoderamento se inicie. Em seguida, agência. Aqui, ela debate o processo de mudança dessas mulheres. E, por fim, as conquistas. Ela entende que analisar os resultados desse processo é importante para o entendimento da eficiência dele.⁹²

A própria Kabeer, no entanto, reconhece que há uma tendência generalizada na literatura de empoderamento de falar sobre ‘acesso a recursos’ de

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ Ibid, p.437.

⁹¹ Ibid.

⁹² Ibid, p.437.

forma genérica, como se a indicação de uma relação entre mulheres e recursos, automaticamente especificasse as escolhas que ela torna possível.⁹³ Para ela, os recursos estão distantes das escolhas. Eles, na verdade, são um indicador de potencial de escolha, e não das escolhas em si. O efeito da mudança de acesso a recursos em transformações nas escolhas que elas são capazes de fazer dependerá, em parte, de outros aspectos das condições em que elas estão fazendo suas escolhas. A existência de programas de capacitação e o impacto desses programas na participação na tomada de decisões deve ser analisado com referência a um contexto sociocultural específico, uma vez que nem todas as decisões possuem o mesmo significado consequencial⁹⁴.

Por isso, logo após realizar a sua discussão sobre recursos, a pesquisadora inicia sua conceituação sobre agência. O ACNUR, entretanto, acaba atravessando essa discussão e indo diretamente para a de conquista. Eu argumento, desse modo, que a instituição molda a discussão nos fazendo entender que empoderar é equivalente a dar recursos a essas mulheres para que participem. Ao atravessar a discussão de agência, ela realiza o movimento generalizado criticado por Kabeer. Na instituição, é como se a participação fosse uma consequência natural desse processo.

Na agenda de Mulheres, Paz e Segurança, Laura Shepherd⁹⁵ aponta que esse mesmo movimento também ocorre de maneira parecida. Ao estudar as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU, ela defende que a problemática envolvendo a participação de mulheres locais nos processos de construção de *policies* se dá por conta da imprecisão conceitual enfrentada pelas Nações Unidas em relação às ideias de ação e agência⁹⁶.

.A autora investiga as maneiras pelas quais o CSNU [Conselho de Segurança das Nações Unidas] atualmente escreve (sobre) mulheres e argumenta que o conceito de ‘ação’, entendido como participação política, tornou-se

⁹³ KABEER, op. cit, p.443.

⁹⁴ Ibid. p.446

⁹⁵ SHEPHERD, Laura. **Sex, Security and Superhero(in)es: From 1325 to 1820 and Beyond.** International Feminist Journal of Politics, 2011.

⁹⁶ Ibid, p. 506.

confundido com o conceito de agência⁹⁷. Por exemplo, analisando as Resoluções, Shepherd percebe que as atividades das mulheres, seja na esfera da 'sociedade civil', em 'organizações lideradas por mulheres' ou como 'forças de manutenção da paz ou policiais', são constituídas como expressões de agência e resistência a violências estruturais e diretas⁹⁸. Assim, ela identifica que o CSNU utiliza o conceito de agência com ênfase na mudança⁹⁹.

A partir disso, ela alega que, implícito no Conselho “está o pressuposto de que a participação das mulheres levará à transformação do ambiente político”¹⁰⁰. O sujeito feminino de segurança, então, de acordo com a pesquisadora, talvez esteja em processo de se tornar um agente de segurança¹⁰¹. Esse entendimento só é possível porque o conceito de ação e agência estão andando juntos, sem distinção clara de quando o CSNU entende essas mulheres enquanto executoras de uma ação de participação ou enquanto agentes. Essa supressão conceitual, de acordo com ela, “tem implicações profundas para debates futuros sobre empoderamento e igualdade”¹⁰².

Em suma, o diagnóstico de Shepherd ao perceber os obstáculos que o CSNU encontra na participação igualitária de mulheres é que a falta de "acesso" a recursos e a "capacidade" limitada delas são apenas alguns dos vários impedimentos. Assim, ela argumenta que a comunidade internacional defende que a garantia de “participação plena, igualitária e efetiva” precisaria encontrar soluções para a infinidade de problemas sociopolíticos que resultam em "necessidades e prioridades" de "mulheres e meninas" ainda não atendidas¹⁰³.

Eu compartilho desse mesmo diagnóstico ao analisar, principalmente, os obstáculos à participação apontados pelo ACNUR, tanto no documento “*Dialogues with Refugee Women*” quanto no “*Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displacement Women and Girl’s*

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ Ibid, p. 508.

⁹⁹ Ibid.

¹⁰⁰ Ibid, p. 508.

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² Ibid, p. 506.

¹⁰³ Ibid, p. 509.

Participation in Humanitarian Settings”. Assim, também concordo com a conclusão alcançada por Shepherd a partir dele:

As Resoluções presumem que a maioria das mulheres fala por todas as mulheres e, além disso, equipara ação com agência. Agência - a capacidade de participar de discussões políticas formais e informais e de tomada de decisões, capacidade de representar os interesses de uma comunidade pós-conflito e capacidade de insistir no 'desenvolvimento de arranjos financeiros e institucionais eficazes' necessários para garantir a igualdade de participação - é restringida pela falta de apoio infra-estrutural e de reconhecimento da quantidade de trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelos membros mais marginalizados, sem amparo e com poucos recursos da sociedade pós-conflito. Em suma, embora o Conselho de Segurança da ONU tenha escrito (sobre) as mulheres como supostos agentes desde 2000, essa agência é tanto uma ruptura na representação familiar das mulheres como vítimas quanto um fardo adicional para (algumas) mulheres.¹⁰⁴

Por isso, precisamos debater o conceito de agência, mesmo que o ACNUR não o faça. É essencial descobrir o que a instituição está assumindo como agência, mesmo que de forma involuntária; as consequências disso; e as possibilidades que ela deixa de mapear.

3.3 Agência: fundamentos e consequências

A discussão sobre agência diz respeito, antes de tudo, à questão do poder. Esse é o principal fundamento do conceito e é onde o ACNUR e Naila Kabeer igualam-se. Dessa forma, como apresentado anteriormente, o poder que fundamenta esse debate é equivalente a ser capaz de tomar decisões. Assim, apesar de não conceituar e discutir agência diretamente, eu defendo que o ACNUR está trabalhando nos mesmos termos da pesquisadora. Por isso, a utilizaremos para melhor entendermos a instituição.

Recapitulando, para a instituição, agência é algo que essas mulheres ainda precisam conquistar. Ela está posta como uma consequência do acesso a recursos. Como está posto:

aumentar as oportunidades de autonomia econômica que aliviam os fardos de sobrevivência e aumentam a agência [*build agency*] pode ativar um maior poder de tomada de decisão para mulheres e meninas nos espaços abstratos do indivíduo e da família.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Ibid, p. 510.

¹⁰⁵ UNHCR. *Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls' Participation in Humanitarian Settings*. 2020, op. cit, p.30

Essas duas relações entre agência e recursos, e agência e poder também são trabalhadas pela pesquisadora. Quanto a relação com poder, Kabeer afirma que agência pode ter significados positivos e negativos. No sentido positivo de 'poder para', refere-se à capacidade das pessoas de definir suas próprias escolhas de vida e perseguir seus próprios objetivos, mesmo em face do impedimento de outros. No sentido negativo, a agência está posta como a capacidade de um ator ou categoria de atores de se sobrepor à agência de outros, por meio do uso de violência, coerção e ameaça, por exemplo.¹⁰⁶

Entretanto, para a autora, o exercício do poder não precisa passar pelo exercício da agência. As normas e regras que regem o comportamento social tendem a garantir que certos resultados sejam reproduzidos sem qualquer exercício aparente dela.¹⁰⁷ Segundo Kabeer, onde esses resultados influenciam as escolhas estratégicas de vida observadas anteriormente, eles testemunham o exercício do poder como 'não-decisório'.¹⁰⁸ Assim, dependendo do contexto em que o indivíduo está inserido, poder é exercido sobre ele, sem que ele possa, consiga ou queira tomar qualquer decisão sobre seu próprio destino¹⁰⁹. Eu entendo, então, que o pano de fundo dessa discussão por Kabeer e, conseqüentemente, pelo ACNUR, são as normas sociais e os contextos culturais em que os indivíduos, em questão, estão inseridos.

Para ilustrar meu ponto, trago o exemplo apresentado por Kabeer responsável pela demonstração desse entendimento de poder. A autora apresenta as normas de casamento do Sul da Ásia, em que, de acordo com ela, elas conferem aos pais das mulheres a autoridade para que escolham seus parceiros. Entretanto, essa autoridade não representaria uma forma de agência. Ela apenas se manifestaria assim caso suas autoridades fossem questionadas por suas filhas.

No que se refere à relação entre agência e recursos, a autora entende que juntos eles constituem as capacidades: o potencial de cada indivíduo de viver a vida que deseja, de alcançar formas valorizadas de 'ser' e 'fazer'.¹¹⁰ De acordo

¹⁰⁶ KABEER, op.cit, p.438.

¹⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ KABEER, op. cit, p.438

com ela, onde o fracasso em alcançar formas valiosas de 'ser e fazer' pode ser atribuído à preguiça, incompetência ou preferências e prioridades individuais, a questão de poder não é relevante. É apenas quando o fracasso em atingir seus objetivos reflete alguma restrição profundamente enraizada na capacidade de escolher, que isso pode ser tomado como uma manifestação de desempoderamento.¹¹¹

Ao trazer a discussão de formas valorosas de 'ser' e 'fazer' às mulheres desempoderadas, há a necessidade de discorrer sobre a qualidade das escolhas que elas fazem. É aqui que a discussão de agência, tanto para a ACNUR quanto para Kabeer, ocorre. Elas precisam decidir até que ponto essas mulheres possuem ou não agência. Segundo a britânica, a equação entre escolha e poder sugeriria de maneira bastante plausível que as desigualdades de gênero sinalizam a operação do poder: seja como uma ausência de escolha, e portanto ausência de agência, por parte das mulheres como grupo subordinado; ou como discriminação ativa por parte dos homens como grupo dominante.¹¹² O maior desafio enfrentado pela pesquisadora nessa discussão é que a equação entre poder e escolha, da maneira que está posta, não acomoda as formas de desigualdade de gênero quando parecem ter sido escolhidas pelas próprias mulheres.¹¹³

Dentro dessa problemática, Naila Kabeer continua seu ponto afirmando que, embora se possa dizer que essas formas de comportamento refletem 'escolhas', elas também são escolhas que se originam e servem para reforçar o status de subordinação das mulheres. Dessa forma, de acordo com ela, esses status lembram que as relações de poder são expressas não apenas por meio do exercício da agência e da escolha, mas também por meio dos tipos de escolhas que as pessoas fazem¹¹⁴. Ou seja, entendo que para a autora, quando uma mulher realiza uma escolha que estaria reforçando seu status e submissão ela não está exercendo agência. Aqui, então, a discussão qualitativa dessas escolhas prevalece.

¹¹¹ Ibid.

¹¹² Ibid, p.440.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ Ibid.

Dessa forma, o diagnóstico da pesquisadora é de que os indicadores que se concentram explicitamente na medição da agência incluem medidas tanto de agência positiva quanto negativa: mobilidade das mulheres no domínio público, sua participação na ação pública, a incidência de violência masculina e assim por diante. Mesmo assim, a forma de agência que aparece com mais frequência nos esforços de medição e, portanto, aquela em que ela se concentra está relacionada à agência de tomada de decisão.¹¹⁵ Ambas as formas podem ser vistas no ACNUR. A instituição coloca a violência de gênero, por exemplo, como um dos principais obstáculos à participação das mulheres¹¹⁶, assim como quantifica suas capacidades de tomarem decisões.¹¹⁷

Naila Kabeer concorda com a segunda forma de se quantificar agência, uma vez que ela se baseia no que acredita ser uma das melhores conceitualizações de poder já feitas: a de tomar decisões.¹¹⁸ Esse seu modo de pensar justifica a longa discussão que empreende sobre a qualidade das escolhas dessas mulheres. Ela se pergunta se certas decisões representam o exercício da agência ou se podem ser desconsideradas em seus processos de empoderamento.

No fim das contas, de forma consciente ou não, defendendo que o que Kabeer faz é uma discussão de contextos e culturas, bem mais do que de escolhas. Justamente por não considerar uma forma de agência quando mulheres e meninas realizam escolhas que estariam reforçando seus status de subalternação, ela precisa entender as culturas de cada uma delas para conseguir empreender tal diagnóstico. Ou, como acredito que seja o que acontece, é preciso estabelecer um padrão de escolhas que sejam consideradas agências. É isso, portanto, que argumento que esteja no centro da discussão de agência tanto para Kabeer quanto para o ACNUR.

Como ela mesmo vai afirmar, as consequências das escolhas podem ser avaliadas em termos de seu potencial transformador. Assim, deve-se questionar até que ponto as escolhas feitas têm potencial para desafiar e desestabilizar as

¹¹⁵ Ibid, p. 445.

¹¹⁶ UNHCR. Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls' Participation in Humanitarian Settings. 2020, op. cit, p.8.

¹¹⁷ Ibid, p.12

¹¹⁸ KABEER, op. cit, p.445

desigualdades sociais e até que ponto elas meramente expressam e reproduzem essas desigualdades.¹¹⁹ Seus estudos sugerem um papel da agência individual em desafiar a desigualdade de gênero, assim como apontam para a importância de uma mudança estrutural mais ampla. Em um contexto em que os valores culturais restringem a capacidade das mulheres de fazerem escolhas estratégicas de vida, as desigualdades estruturais não podem ser abordadas apenas pelos indivíduos. A autora cita evidências de que elas podem agir, e agem, contra as normas, mas que seu impacto sobre a situação das mulheres em geral provavelmente permanecerá limitado.¹²⁰

De uma só vez, então, Kabeer, e em paralelo o ACNUR, iguala agência a resistência de normas e legitima que essas mulheres recebam ajuda para se tornarem empoderadas, leia-se para resistirem a suas próprias culturas. Essa visão de agência é um dos objetos de estudo da autora Saba Mahmood. Ela aponta que o movimento feminista procurou entender as formas como as mulheres resistem à ordem dominante masculina através da subversão dos significados hegemônicos das práticas culturais e da sua reinterpretação em função de seus próprios interesses e agendas. Uma questão central explorada no seio destas teorizações foi a seguinte: como é que as mulheres contribuem para reproduzir essa dominação, e como é que resistem ou a subvertem?¹²¹

Segundo a autora, quando as ações das mulheres parecem reinscrever o que aparentam ser ‘os instrumentos da sua própria opressão’, a analista social poderá atentar-se a pontos de ruptura da – ou articulação de pontos de oposição à – autoridade masculina. Esses pontos podem se encontrar nos interstícios da consciência da mulher (frequentemente entendida como uma “nascente consciência feminista”) ou nas consequências diretas das ações das mulheres, por mais inadvertidas que sejam. Naila Kabeer, a meu ver, está exercendo justamente esse tipo de análise social. Nas palavras de Mahmood, Kabeer entende agência como a capacidade de cada pessoa para realizar os seus interesses individuais, em

¹¹⁹ Ibid, p.461

¹²⁰ Ibid, p.457

¹²¹ MAHMOOD, S. Feminist Theory, Agency, and the Liberatory Subject: Some Reflections on the Islamic Revival in Egypt. *Temenos - Nordic Journal of Comparative Religion*, [S. l.], v. 42, n. 1, 2006. p.37

oposição ao peso do costume, tradição, vontade transcendental ou outros obstáculos individuais e coletivos.¹²²

Seguindo essa linha de raciocínio, o objetivo humanista da autonomia e expressão das capacidades individuais constituem o substrato, as cinzas dormentes que poderão desatar em chamas sob a forma de um ato de resistência quando as condições assim o permitirem.¹²³ É como se resistir fosse quase que uma ação evolutiva. Ou seja, se aquelas mulheres ainda não se rebelaram, da maneira que for, contra seus próprios costumes, isso é visto apenas como uma questão de tempo ou falta dos incentivos corretos. A resistência, dentro dessa chave de pensamento, é tida como inevitável.

O que Mahmood vai apontar como problemático é a falta de problematização da universalidade do desejo de ser livre das relações de subordinação.¹²⁴ Para as mulheres, é o desejo de ser livre das estruturas de dominação masculinas. Um desejo que é central ao pensamento liberal e progressista e pressuposto pelo conceito de resistência que o próprio autoriza. Com isso, ela chega a um diagnóstico de suma importância para esta pesquisa:

Esta postulação da agência feminina como sendo consubstancial à resistência às relações de dominação, e a concomitante naturalização da liberdade como um ideal social é, do meu ponto de vista, um produto do carácter dual do feminismo como um projeto simultaneamente analítico e politicamente prescritivo.¹²⁵

Dessa forma, podemos enxergar o feminismo do ACNUR sob tais lentes. Ele oferece simultaneamente um diagnóstico do estatuto das mulheres nas diversas culturas e uma diretiva para a mudança das suas situações.¹²⁶ Mahmood vai dizer que elas são vistas como marginais/subordinadas/oprimidas—no contexto deste trabalho, poderíamos acrescentar “desempoderadas”. Ela prossegue afirmando que, neste contexto, a articulação das condições de relativa liberdade que permitem à mulher formular e colocar em prática objetivos e interesses autodefinidos constitui o objeto das teorizações e políticas feministas. Tal como acontece no liberalismo, a liberdade é normativa para o feminismo: é aplicado

¹²² Ibid, p.38.

¹²³ Ibid.

¹²⁴ MAHMOOD, op. cit p.39

¹²⁵ Ibid, p. 38.

¹²⁶ Ibid.

uma maior investigação crítica a quem pretendem limitar a liberdade das mulheres do que a quem pretende estendê-la.¹²⁷ O ACNUR, então, é como uma das personificações desse feminismo progressista exposto por Mahmood.

Assim, percebemos até aqui com a pesquisadora que o ACNUR está entendendo agência sob uma perspectiva liberal e a equipara com resistência. A partir disso, ele oferece prescrições do que fazer para ajudar essas mulheres a realizarem as mesmas escolhas. Como apontado inicialmente no capítulo, Shepherd chega à mesma conclusão em seu estudo sobre as Resoluções do CSNU. Nele, ela oferece um novo entendimento de agência que seria responsável por melhorar a forma como o Conselho aborda a temática de participação dessas mulheres.

Para isso, então, ela defende um novo significado para o entendimento de poder. Shepherd afirma que ele não deve ser entendido apenas a partir do modelo de dominação, como algo que é atribuído ou retirado a partir de uma intencionalidade, estrutura ou localidade singular que preside sobre a sua racionalização e execução. Por assumir um viés foucaultiano, a autora entende que o poder deve ser entendido como uma relação de forças estratégicas que permeiam a vida e produzem novas formas de desejo, objetos, relações e discursos. Por isso, ela defende que ideias sobre agência (a eficácia do sujeito), inibidores estruturais dessa agência e a construção do próprio sujeito, surgem em um contexto discursivo particular e produzem e são produzidos por práticas de poder.¹²⁸

Mesmo assim, apesar de a autora também partir de Foucault em seu estudo, a noção de agência defendida por ela não é completamente compatível com o meu propósito aqui. Isso porque, central para essa linha teórica está aquilo que Foucault chama de paradoxo da subjetivação: os mesmos processos e condições que garantem a subordinação de um sujeito são também os meios através dos quais ele se transforma numa identidade e agência autoconsciente.¹²⁹ De acordo com Saba Mahmood, poderíamos argumentar que o conjunto de

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ SHEPHERD, op.cit, p.514.

¹²⁹ MAHMOOD, op. cit, p. 38.

capacidades inerentes ao sujeito – ou seja, as capacidades que definem os modos da sua agência – não são o resíduo de um ‘eu’ não domesticado, existente antes das operações de poder, mas são, em si mesmas, produto dessas operações.¹³⁰ Desse modo, é possível conceptualizar a agência não só como um sinônimo de resistência a relações de dominação, mas também como uma capacidade para a ação criada e propiciada por relações de subordinação específicas.¹³¹

Assim, essa sugestão de agência optada por Shepherd é mais abrangente que a defendida pelo ACNUR, mas ainda está dentro da lógica de subversão e resistência. Desse modo, Mahmood, assim como eu, questiona a insistência do pensamento feminista em conceptualizar a agência em termos de subversão e ressignificação de normas sociais, em localizar a agência no seio dessas operações que resistem aos modos dominantes e subjetivantes de poder.¹³² Por outras palavras, o sujeito político normativo da teoria feminista pós-estruturalista aparece frequentemente como um sujeito liberatório, cuja agência é conceptualizada sobre o modelo binário da subordinação e subversão.¹³³

O principal problema deste pensamento, portanto, está em não comportar as dimensões da ação humana cujo estatuto ético e político não se enquadra na lógica da repressão e resistência. De forma a poder captar estes modos de ação devidos a outras racionalidades e histórias, Mahmood propõe ser fundamental descolar a noção de agência dos objetivos da política progressista.¹³⁴ Como a autora salienta, se a capacidade de provocar a mudança no mundo e em si próprio é histórica e culturalmente definida (tanto em termos do que constitui a “mudança” como em termos de como ela é provocada), então o significado e sentido de agência não podem ser fixados de antemão, mas antes devem emergir através de uma análise dos conceitos específicos que propiciam modos de ser, de responsabilidades e de efetividades.¹³⁵ Neste sentido, a capacidade de agência pode ser encontrada não só em atos de resistência às normas como também nas

¹³⁰ Ibid.

¹³¹ Ibid.

¹³² Ibid p. 42.

¹³³ Ibid.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Ibid, p. 42.

múltiplas formas em que essas normas são incorporadas.¹³⁶ Não podemos, portanto, tratar como naturais e imitáveis apenas aqueles desejos que se enquadram na emergência das teorias feministas.¹³⁷ O que, a meu ver, é justamente o que o ACNUR acaba reproduzindo quando lida com mulheres e meninas deslocadas internas.

A proposição de Mahmood, então, é uma dupla rejeição dessas duas últimas visões. A primeira é basicamente do que o ACNUR nos apresentou como agência. A pesquisadora o enxerga como uma noção de agência que não pode ser vinculada com o projeto de ‘recuperação das vozes perdidas’ daquelas que estão localizadas de fora da narrativa feminista hegemônica. Fazer isso implicaria, mais uma vez mais, no silenciamento da narrativa do sujeito soberano como autor da sua voz e história.¹³⁸ Em outras palavras, entender agência nessa lógica de resistência é reforçar o silenciamento dessas mulheres e meninas enquanto donas de suas histórias, uma vez que suas escolhas estão sendo constantemente questionadas se são ou não um reflexo de suas agências.

A segunda rejeição de Mahmood está na recusa de olhar para as mulheres que está estudando como ‘feministas subalternas’ ou ‘as outras fundamentalistas’ da agenda feminista progressista.¹³⁹ Um movimento que tanto a Kabeer, quanto o ACNUR acabam realizando sob a nomenclatura de desempoderada. Mahmood entende que enxergar essas mulheres dessa maneira as reinscreve em uma forma específica de ser humano que uma narrativa particular de “pessoa” e política nos disponibilizou, obrigando a complexa multiplicidade de vontades e ambições a encaixar-se nessa moldura narrativa já gasta.¹⁴⁰ Ou seja, como já argumentei, essa forma de pensar acaba partindo de uma ideia específica de o que são escolhas empoderadas versus o que não são para acomodar mulheres e meninas de diversos costumes dentro de uma única forma de ser.

Suas reflexões, portanto, destinam-se a perturbar os raciocínios chaves que se encontram no centro do pensamento liberal e através dos quais muitas das

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ Ibid, p. 43.

¹³⁸ Ibid, p.56.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ Ibid

mulheres são interpretadas.¹⁴¹ Estas interpretações não só incorporam a rejeição *ipso facto* destes movimentos como antitéticos das agendas feministas como também procuram, por vezes, adotá-los como formas de feminismo, lançando-os assim ao imaginário liberal. Em seu estudo sobre o movimento das mulheres nas mesquitas egípcias, ela procura recordar a profunda incapacidade por parte do pensamento político feminista de visualizar formas relevantes de crescimento humano fora dos limites do imaginário liberal.¹⁴²

Por isso, Mahmood vai defender que agência deve ser entendida “não como um sinónimo de resistência em relações de dominação, mas sim como uma capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas”¹⁴³. O historicamente faz toda a diferença para o conceito de agência, ao atribuí-lo uma necessidade de contextualização cultural que não há no entendimento do ACNUR.

Com essa discussão, percebemos que o conceito de agência só pode ser entendido da maneira proposta pelo ACNUR por ele assumir essas mulheres enquanto desempoderadas. É evidente que, em se tratando de meninas e mulheres deslocadas internas, esse ‘status’ atribuído a elas é defendido por conta dessa condição específica. Entretanto, como já é de praxe desta pesquisa, devemos questionar esse discurso por mais ‘aceitável’ que ele pareça ser. Assim, o próximo capítulo precisa debruçar-se sobre a condição das mulheres desempoderadas para compreender se essa posição é assumida pelo ACNUR por elas serem deslocadas internas, ou se elas são consideradas dessa forma antes mesmo de estarem sob os cuidados da instituição.

¹⁴¹ Ibid, p.57.

¹⁴² Ibid.

¹⁴³ Ibid, p. 36

4. Desempoderamento e colonialidade

Em uma entrevista, Foucault afirma não ter tentado analisar absolutamente nada do ponto de vista das políticas, mas sempre perguntar a elas o que têm a dizer sobre os problemas com os quais se defrontam. Dessa maneira, ele as questiona sobre as posições que elas assumem e as ressonâncias que dão para isso; elas não determinam a teoria do que ele faz.¹⁴⁴ Isso significa que não é uma lente teórica que define os rumos de uma pesquisa foucaultiana, mas sim os questionamentos feitos a estruturas discursivas que, como vimos, moldam as políticas. Parti deste mesmo princípio ao conduzir a pesquisa até esta etapa final.

Por isso, foi tão importante, no capítulo anterior, demonstrar e questionar o vocabulário conceitual que o ACNUR utiliza quando está se posicionando sobre gênero. Esses caminhos discursivos feitos pela instituição dizem muito sobre como a própria enxerga as mulheres que assiste, mas, principalmente, sobre como ela própria se vê no processo. Isso só é possível compreender se assumirmos, como eu assumi desde a primeira frase desta pesquisa, que o ACNUR não é e nem poderia ser universal. O grande problema, na verdade, está no fato da instituição, por inúmeras vezes, assumir-se enquanto neutra e não como uma reprodutora de um modo de pensar bastante específico.

Esse posicionamento fica muito evidente quando ela trata da falta de participação por parte das mulheres e meninas deslocadas internas, frente à mesma falta de participação de mulheres ativas dentro de seu próprio corpo de pessoas. Como o próprio ACNUR pontua:

A igualdade de gênero começa dentro do próprio sistema humanitário. Não é realista almejar a participação substantiva das mulheres entre as comunidades de deslocados internos e nos governos quando os atores humanitários não podem representar a igualdade de gênero. Embora as normas culturais e de segurança em torno do trabalho das mulheres sejam desafios inegáveis no recrutamento de funcionárias em muitos ambientes de deslocados internos, o ACNUR e outros atores humanitários são instados a fazer esforços para aumentar a presença de funcionárias em todos os níveis, garantindo que todos os

¹⁴⁴ FOUCAULT, Michel. **Polemics, Politics and Problematizations**: In Essential Works of Foucault. Vol.1. New York: The New Press, 1998.

funcionários reconheçam a igualdade de gênero como um princípio organizador de todo o trabalho humanitário.¹⁴⁵

O que eu vejo nessa passagem é uma instituição que responsabiliza a cultura e os costumes de um grupo de mulheres pela falta de sua participação, enquanto entende apenas como falta de incentivo o mesmo problema, mas de um grupo diferente de mulheres. Isso me faz perceber que o ACNUR não se entende como dentro de uma cultura. As mulheres que ela assiste possuem uma, mas a instituição, em si, não. Entretanto, mais importante do que essa percepção são os questionamentos que surgem dela: O que faz o Alto Comissariado das Nações Unidas olhar para essas mulheres e entendê-las enquanto desempoderadas?

Essa é a pergunta que guia este capítulo. A hipótese aqui trabalhada será de que para além da condição de refúgio dessas mulheres, há um estigma cultural guiando a atuação do ACNUR. Dessa forma, elas são consideradas desempoderadas muito antes de se tornarem refugiadas ou deslocadas internas. Como apresentei no capítulo anterior, a interpretação do ACNUR de participação e empoderamento como os principais problemas do gênero no âmbito de mulheres deslocadas internas também define a forma como interpreta essas mulheres. Vejo nisso ecos do argumento de Mohanty segundo o qual o discurso Ocidental¹⁴⁶ se coloca como referencial a todo momento, de forma implícita, e que o problema está, justamente, nesse movimento. É aqui que a relação de poder se constitui, colocando o Ocidente hierarquicamente acima do restante do globo.¹⁴⁷ Assim, a autora vai afirmar que, ao escrever sobre mulheres do ‘terceiro mundo’ e como elas precisam do feminismo, de empoderamento e liberdade, as feministas ocidentais também escrevem sobre si mesmas de forma implícita.¹⁴⁸

A partir disso, eu pretendo replicar esse movimento que Mohanty realiza com a literatura feminista, para o que o ACNUR impõe sobre as mulheres deslocadas internas. Desse modo, em um primeiro momento, investigo quais

¹⁴⁵ UNHCR. **Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls’ Participation in Humanitarian Settings.** 2020, op. cit, p.11.

¹⁴⁶ Nesta pesquisa, trato o discurso do ACNUR e, como vimos no capítulo anterior, da ONU, como uma instância desse “Ocidente”.

¹⁴⁷ MOHANTY, Chandra. **Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses.** On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism, 2007. p.334.

¹⁴⁸ Ibid, p.334.

aspectos fazem uma mulher deslocada interna ser considerada desempoderada. Para então, em paralelo, realizar a construção da mulher empoderada já que ela é feita de forma implícita. Afirmo que aquilo que a instituição idealiza como a mulher empoderada é, na verdade, uma imagem muito específica que representa, quando muito, apenas uma parcela pequena das mulheres. Em outras palavras, eu acredito que há diversas formas de ser mulher, mas o ACNUR enxerga apenas uma, e é essa uma que ela leva como ideal universal aos seus campos de refugiados. Aqui, Mohanty lembra que é na produção desta "diferença do terceiro mundo" que os feminismos ocidentais apropriam e "colonizam" as complexidades fundamentais e conflitos que caracterizam a vida de mulheres de diferentes classes, religiões, culturas, raças e castas nesses países.¹⁴⁹ Assim como ela, eu também acredito que é nesse processo de homogeneização e sistematização da opressão de mulheres do terceiro mundo que o poder é exercido em grande parte no discurso feminista Ocidental, e que, por isso, esse poder precisa ser definido e nomeado.¹⁵⁰

Como os esforços de definição e nomeação do discurso feminista do ACNUR já foram feitos nos capítulos anteriores, está na hora de entendermos como essa sistematização e homogeneização das opressões das mulheres deslocadas internas está sendo posta em prática pela instituição.

4.1 A Origem do desempoderamento

A origem do desempoderamento das mulheres e meninas deslocadas internas começa no que o ACNUR está entendendo como o fim do processo de empoderamento. À primeira vista, isso pode parecer contraditório. Entretanto, se há todo um esforço institucional para empoderá-las é porque, antes mesmo de conhecê-las, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados já as enxerga como desempoderadas. Para isso, ele precisa assumir certos pressupostos como os de agência e poder. Essa discussão apresentada no capítulo anterior precisa ser retomada aqui.

¹⁴⁹ Ibid, p.335.

¹⁵⁰ Ibid, p.335.

Nele, argumentei que uma das visões possíveis de agência da instituição, e a escolhida para ser trabalhada por mim, é a manifestada por Naila Kabeer. Em retrospectiva, a autora entende a agência como a capacidade de tomar decisões.¹⁵¹ Inicialmente, tanto o ACNUR quanto a pesquisadora irão responsabilizar a falta de acesso a recursos como o ‘fator desempoderador’ dessas mulheres. O raciocínio, como vimos, é: pela falta de recursos, elas não possuem a possibilidade de realizar qualquer escolha. Isso porque, por estarem preocupadas majoritariamente com suas sobrevivências, elas não possuem todas as alternativas disponíveis. Como elas são deslocadas internas, esse é um aspecto de suas realidades facilmente presumido pelo ACNUR:

Mulheres e meninas deslocadas internas lutam contra a perda de bens de subsistência e, com isso, o senso de agência e poder de decisão que uma renda pode conceder. Argumentamos que aumentar as oportunidades de autonomia econômica que aliviam os fardos da sobrevivência e aumentam a agência pode ativar um maior poder de tomada de decisão para mulheres e meninas nas esferas individual e familiar. Alcançar uma forma ativa de participação em espaços aparentemente humildes é de fato necessário para alcançar a participação em espaços nacionais onde decisões de ‘*hard power*’ são tomadas.¹⁵²

No entanto, Kabeer desenvolve seu pensamento chegando à conclusão de que nem toda escolha pode ser considerada como sinônimo de agência¹⁵³ até pelo acesso ou não a recursos. Para a autora, o que importa é o potencial transformador que as escolhas performam na sociedade. No ACNUR, essa preocupação não aparece de forma tão explícita. Mesmo assim, a instituição possui uma orientação de priorizar as adolescentes no processo de empoderamento, justamente, pelo maior potencial de mudança que elas teriam na reconstrução de suas nações. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, os atores humanitários entrevistados enfatizaram a necessidade de atividades que possibilitem às adolescentes deslocadas internas de desenvolverem habilidades para a vida (*‘life skills’*), autoestima e alfabetização. Segundo eles, isso abriria o caminho para uma melhor participação no presente e, à medida em que amadurecessem, se tornariam adultas que avançariam soluções futuras.¹⁵⁴ A

¹⁵¹ KABEER, op. cit, p.445.

¹⁵² UNHCR, op cit, 2020 , p. 8. Tradução minha.

¹⁵³ KABEER, op. cit, p.461.

¹⁵⁴ UNHCR, op cit, 2020, p.29.

conclusão chegada pela instituição é a de que é fundamental destacar meninas adolescentes deslocadas internas e focar no empoderamento delas para essa construção de autoestima e habilidades de liderança que lhes permitirão serem mais resilientes e participarem corajosamente em todos os espaços.¹⁵⁵

Nesses termos, dedicar maior atenção ao empoderamento dessas adolescentes, pensando em torná-las mais corajosas é equivalente a pensar nas escolhas que elas farão e em seus potenciais transformadores. Portanto, é na hora de definir quais escolhas feitas representam a agência dessas mulheres e quais não, que tanto o ACNUR quanto a pesquisadora empreendem um debate sobre cultura e normas sociais. Isto é, na hora de avaliarem se o caminho escolhido por uma dessas mulheres foi empoderador, ou não, o que elas estão avaliando é o quanto essas mulheres se impuseram contra suas próprias normas sociais. Se no capítulo anterior a crítica que fiz a essa percepção de agência foi a de que há uma igualdade entre agência e a resistência de normas culturais; aqui, a problemática está justamente na instituição acreditar que todas essas mulheres precisam resistir às suas culturas.

Nesse movimento, a responsabilidade da situação que essas mulheres estão vivendo passa a ser a de suas culturas. Isso é dado como óbvio pela instituição, partindo do pressuposto de que todas aquelas mulheres e meninas possuem culturas extremamente patriarcais. Por isso, toda a comparação de acesso a direitos e recursos é feita apenas com os homens que compartilham com elas essa realidade, sem nenhum recorte de classe ou raça, como vimos ser uma tendência já no primeiro capítulo da pesquisa. Por exemplo, dentro da promoção da independência financeira feminina, a grande preocupação da instituição é com a agressividade masculina que isso gera:

As intervenções que permitem às mulheres aumentar ou acessar atividades de subsistência podem aumentar a autonomia das mulheres em relação aos parceiros homens, mas também podem perturbar os papéis de gênero na família e exacerbar a VPI [Violência de Parceiro Íntimo]. É importante realizar essas atividades com cuidado, sensibilizando os homens antes de iniciar os projetos e durante a

¹⁵⁵ Ibid. p.29

implementação, estando ciente de outros riscos de proteção que surgem das intervenções de meios de subsistência.¹⁵⁶

Além disso, de acordo com o ACNUR, quando as mulheres controlam os recursos domésticos, é mais provável que os usem para beneficiar outros membros da família do que os homens.¹⁵⁷ A instituição também ressalta que essa autonomia financeira por parte das mulheres pode levar a uma maior participação dos homens no trabalho doméstico. Segundo ela, isso gera uma cadeia de consequências em que, por fazer o trabalho doméstico, há uma redução da violência física por parte do parceiro íntimo dessas mulheres, bem como o aumento de suas capacidades de controlar a hostilidade e os sentimentos de raiva.¹⁵⁸ Desse modo, toda a preocupação do empoderamento via geração de renda por parte da instituição está na comparação com o parceiro homem dessa mulher, que também tem sua própria imagem pré-estabelecida pelo ACNUR antes mesmo de conhecê-lo: a de que é um homem agressivo e violento.

Essas comparações também são vistas na tabela de tipos de participação mostrada no capítulo anterior. Nela, o tipo passivo de participação é tido como o de quando as decisões são tomadas pelas mulheres e meninas por aqueles que detêm mais poder, geralmente os homens e meninos em suas casas e comunidades, ou pelo governo e agências de ajuda humanitária.¹⁵⁹ Dessa forma, eu entendo que a mulher desempoderada do ACNUR é a que não detém poder decisório em comparação com a dos homens de sua própria comunidade e essa é a justificativa para a homogeneização cultural. Por conta de suas culturas extremamente patriarcais, as mulheres foram excluídas da distribuição desse poder de decisão. Como a instituição coloca:

Embora a transformação de gênero seja inerentemente uma meta de longo prazo, exemplos de mudanças positivas nas relações de gênero que são possíveis em cenários emergenciais incluem mulheres cada vez mais reivindicando seus direitos em resposta ao número crescente de viúvas e famílias chefiadas por mulheres resultantes de conflitos e atividades dirigidas a apoiá-las; bem como a mulheres relutantes em voltar aos seus papéis tradicionais (restritos) depois de serem expostas

¹⁵⁶ UNHCR. *Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls' Participation in Humanitarian Settings*. 2020, op. cit, p.51. Tradução minha.

¹⁵⁷ *Ibid*, p.51.

¹⁵⁸ *Ibid*, p.51.

¹⁵⁹ *Ibid*. p.20.

a papéis e responsabilidades diferentes e mais igualitários durante o deslocamento.¹⁶⁰

Duas afirmações me parecem possíveis a partir daqui. Primeiro, os homens são tidos pelo ACNUR como os grandes responsáveis pelo desempoderamento dessas mulheres, além de serem violentos e agressivos. Dessa forma, e segundo, o *status* de desempoderada chega bem antes do de deslocada interna. Em outras palavras, antes da interferência do ACNUR, ou até mesmo antes da situação de conflito que causa a situação de emergência, as mulheres viviam oprimidas por seus parceiros. Dentro desse contexto, a instituição coloca a crise humanitária quase como uma oportunidade de libertação e empoderamento para essas mulheres. Quando há uma situação de conflito e as mulheres atingidas precisam deslocar-se para sobreviver, precisando da interferência do ACNUR, encontra-se a chance do empoderamento. Como resultado dele, elas não se contentam mais com as posições limitantes que ocupavam anteriormente. Na passagem, a instituição chama esses papéis assumidos de tradicionais, eu entendo que ela está querendo dizer culturais também.

Como demonstrei previamente, o ACNUR também buscou realizar um processo de escuta com as mulheres e meninas que assiste. Algumas das falas emitidas por elas são exibidas em seu estudo “*Tearing Down the: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls’ Participation in Humanitarian Settings Walls*” para justificar o posicionamento assumido. Em uma delas, uma adolescente deslocada interna afirma:

Os homens africanos não ouvem as mulheres. Até aquele homem que se senta ao seu lado [um estrangeiro] agora, se nenhum ator internacional estivesse aqui e nós estivéssemos sozinhas com ele, ele não nos ouviria. Vocês [a comunidade internacional] são quem nos dão apoio.¹⁶¹

Esse mesmo documento tem a seção de conclusão aberta pela seguinte fala de uma mulher deslocada interna:

Antigamente, as mulheres eram propriedade, os homens pagavam o dote e então a família via a noiva como uma serva. Mas as coisas são diferentes entre mim e minha filha. A razão é que as jovens estão aprendendo sobre seus direitos. Por ser [formalmente] educada, ela pode concorrer a um cargo no governo. Por ser educada, ela pode ir para outro país. Nos tempos modernos, se a menina puder ser educada,

¹⁶⁰ UNHCR, Gender Equality Toolkit, 2020, p.48. Tradução minha.

¹⁶¹ UNHCR, op cit, 2020, p.35.

elas serão iguais aos homens. Ninguém será capaz de dizer a ela: 'Eu sou maior do que você'.¹⁶²

Ao ler essas passagens e sua utilização estratégica na argumentação empreendida pela instituição, eu vejo o movimento do ACNUR de, para além de enxergar essas mulheres a priori como desempoderadas e culpabilizar os homens de suas culturas por isso, ela também as convence dessa visão. Com a passagem “Os homens africanos não ouvem as mulheres” sendo utilizada pelo ACNUR como estratégia dessa argumentação, fica evidente que a instituição considera o patriarcado como um problema cultural específico *delas*, e não *nosso*. Dessa maneira, a igualdade de gênero está na ‘modernidade’ e não poderia ser alcançada dentro de suas próprias culturas. É claro que, ao trazer as próprias falas dessas mulheres deslocadas internas, a instituição argumentaria que está apenas respondendo ao chamado que elas já faziam. Entretanto, o estudo de campo sobre a política de igualdade de gênero empregada no campo de refugiados de Kakuma, norte do Quênia, feito pela pesquisadora Katarzyna Grabska mostra como tanto as mulheres quanto os homens, nessa situação, entendem o programa como civilizatório.

Essa percepção é captada por uma série de entrevistas que a autora realiza no campo, abordando os próprios agentes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), assim como os deslocados internos ali presentes. Uma das falas que mais me chamou a atenção parte de um dos agentes de Serviço Social do campo. Ele afirma:

Os homens são os perpetradores da violência de gênero aqui. Queremos que respeitem os direitos das mulheres, e meninas e mulheres devem ser empoderadas. Elas têm que saber que são iguais aos homens e têm os mesmos direitos. Se nós as educarmos e lhes dermos possibilidades de geração de renda, elas serão fortalecidas.¹⁶³

Ou seja, de acordo com o próprio agente da instituição, o problema está nos homens. Outro aspecto de sua fala que chama muito a atenção é que ele - e o ACNUR - sabem que o problema está nos homens, mas as mulheres e meninas ali presentes ainda não. Dessa forma, elas precisam ser educadas e terem

¹⁶² Ibid, p.55.

¹⁶³ GRABSKA. **Constructing ‘modern gendered civilised’ women and men: gender-mainstreaming in refugee camps**, *Gender & Development*, 2011, p. 85.

possibilidades de geração de renda para que descubram esse fato sobre suas realidades e, uma vez empoderadas, lutem contra ele.

Outro depoimento que escolho ressaltar, desse mesmo estudo de campo, foi vocalizado pelo chefe de treinamento FLM [Federação Luterana Mundial] do ACNUR. De acordo com ele, através dessas oficinas, podemos educá-los [deslocados internos] e torná-los um pouco mais civilizados e modernos. Eles estarão prontos para voltar aos seus países e reconstruí-los.¹⁶⁴ Mais uma vez, a ‘modernidade’ detém a igualdade de gênero e, portanto, consegue ensiná-la. O contexto da fala está na promoção de workshops para os deslocados internos sobre direitos humanos e igualdade de gênero, dentre outros temas. A intenção da instituição era que a participação fosse ampla, mas como a própria pesquisadora pontua: “a participação foi limitada devido à falta de fluência em inglês”¹⁶⁵. Esse depoimento também destaca a exclusão sofrida por alguns refugiados e deslocados internos por conta dessa barreira linguística. Isso levanta questionamentos sobre a possível criação de privilégios dentre os que estão sendo assistidos pela instituição. Os que possuem o inglês são mais ouvidos e mais participativos do que os que não possuem? A instituição consegue contornar esse problema?

De qualquer modo, argumento que o ACNUR está ativamente sistematizando e homogeneizando as opressões sofridas por essas mulheres e meninas deslocadas internas. Ela faz isso de duas formas: olhando para toda a situação das mulheres deslocadas internas e enxergando apenas o patriarcado como um problema específico e culturalmente localizado nelas; e homogeneizando todas elas em grupos sólidos e coesos. Como resultado, há a responsabilização dos homens e das culturas patriarcais em que essas populações estão inseridas pela falta de participação e empoderamento dessas mulheres e meninas. Portanto, a situação de refúgio ou deslocamento não é a que determina se essas mulheres são desempoderadas ou não, mas sim suas culturas e origens. Mas como, mais precisamente, essa caracterização é um problema?

¹⁶⁴ Ibid, p.87.

¹⁶⁵ Ibid, p.87.

4.2 O patriarcado e a constituição do poder colonial

Em seu trabalho, Lugones está preocupada em oferecer uma estrutura para começar a pensar sobre o heterossexismo como uma parte fundamental de como gênero se funde com raça nas operações do poder colonial.¹⁶⁶ De acordo com ela, o colonialismo não impôs aos colonizados arranjos de gênero europeus pré-coloniais, mas sim um novo sistema de gênero que criou arranjos muito diferentes para homens e mulheres colonizados do que para colonizadores burgueses brancos.¹⁶⁷ Assim, introduziu muitos gêneros e o próprio gênero como conceito colonial e modo de organização das relações de produção, relações de propriedade, de cosmologias e modos de conhecer.¹⁶⁸ Essa última parte da discussão da autora já foi abordada no primeiro capítulo desta pesquisa. Por isso, o que me interessa de sua argumentação é sua crítica a produções de conhecimento que consideram apenas o patriarcado enquanto um problema a ser combatido e o que isso representa.

Nesse sentido, o primeiro ponto a ser criticado por ela é a não historicização do conceito de gênero e do patriarcado. Ou seja, tomá-los como dados e uniformes em todos os contextos. Segundo ela, a razão para historicizar essas formações, é que, sem essa história, continuamos centrando nossa análise no patriarcado; isto é, em uma formação de gênero binária, hierárquica e opressora que se baseia na supremacia masculina, sem qualquer compreensão clara dos mecanismos pelos quais a heterossexualidade, o capitalismo e a classificação racial são impossíveis de serem compreendidos separadamente.¹⁶⁹ Dessa forma, o patriarcado heterossexual tem sido uma estrutura de análise a-histórica.¹⁷⁰ Essa conclusão é muito parecida com a que vimos com Saba Mahmood e a não historicização do conceito de agência, assim como é a mesma que podemos chegar com a origem do desempoderamento das mulheres e meninas assistidas pelo

¹⁶⁶LUGONES, Maria. “**Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System**”. In: *Hypatia*. Indiana University Press, 2007, p.186.

¹⁶⁷ Ibid.

¹⁶⁸ Ibid.

¹⁶⁹ Ibid, p. 187.

¹⁷⁰ Ibid.

ACNUR. Ou seja, ao responsabilizar os homens e suas culturas patriarcais, a instituição não historiciza suas realidades.

Parece-me, então, que essa forma de analisar mulheres do ‘terceiro mundo’ é uma tendência desse tipo de produção de conhecimento. O que Lugones vai afirmar é que tem havido, de fato, uma ausência persistente de uma profunda imbricação de raça na análise que considera gênero e sexualidade como centrais em muitas teorias e práticas feministas brancas¹⁷¹, particularmente na filosofia feminista.¹⁷² Ela chega a essa conclusão trilhando um caminho político / prático / teórico que leva a sério a colonialidade do poder.¹⁷³ No trabalho da autora, colonialidade do poder introduz a classificação social básica e universal da população do planeta em termos da ideia de raça, ou seja, a substituição do entendimento de relações de superioridade e inferioridade em termos de dominação por um entendimento em termos naturalizados.¹⁷⁴ Assim, o que a pesquisadora está fazendo é introduzir o patriarcado na lógica da colonialidade do poder ao mesmo tempo em que critica a falta da colonialidade do poder ao analisarmos o patriarcado. Em outras palavras, há uma dupla crítica em sua obra: pesquisadores brancos/ocidentais que apenas enxergam o patriarcado como forma de opressão e pesquisadores pós-coloniais que apenas enxergam a colonialidade do poder. O ideal, como já foi apresentado, é a imbricação de raça e gênero nessa análise.

Dessa forma, eu argumento junto com a autora, que o trabalho intelectual e prático transnacional que ignora a imbricação da colonialidade do poder e o sistema de gênero colonial/moderno também reafirma esse sistema global de poder colonial.¹⁷⁵ Além disso, como eu observei no ACNUR e Lugones em produções de teóricas branca, elas simplificam o conceito de gênero em termos de

¹⁷¹ Essa utilização de ‘branca’ por Lugones é muito parecida com a de ‘Ocidental’ pela Mohanty. Essas nomenclaturas servem para marcar a posição dominante em uma relação de poder e de produção de conhecimento desigual, ou ainda, para indicar o polo constituído como sujeito do conhecimento em relação a outro constituído como objeto de estudos. Assim, nessa pesquisa, termos como “branco” e “ocidental” são utilizados como marcadores em oposição ao “terceiro mundo”.

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ Ibid.

¹⁷⁴ Ibid. 186.

¹⁷⁵ Ibid. p.188.

patriarcado constantemente.¹⁷⁶ A consequência desse argumento para a instituição é que, necessariamente, ao ignorar a colonialidade do poder em suas produções, simplificando o conceito de gênero em termos de patriarcado, ela acaba reproduzindo esse sistema colonial. Por isso, é muito importante para essa pesquisa entendermos o que essa simplificação de gênero em patriarcado significa.

Para isso, o trabalho de Oyeronke Oyewùmí assume especial relevância. Nele, ela questiona a validade do patriarcado como uma categoria transcultural.¹⁷⁷ Ela faz isso a partir da argumentação de que gênero não era um princípio organizador na sociedade iorubá antes da colonização pelo Ocidente.¹⁷⁸ Ali, segundo a autora, nenhum sistema de gênero estava em vigor. Ou seja, a distribuição de poder naquela sociedade não utilizava gênero como um critério distributivo. Na verdade, ela afirma que gênero se torna importante nos estudos iorubás não como um artefato da vida iorubá, mas porque a vida iorubá, passada e presente, foi traduzida para o inglês para se adequar ao padrão ocidental de raciocínio corporal.¹⁷⁹ Dessa forma, a suposição de que a sociedade iorubá incluiu gênero como um princípio organizador é outro caso de domínio ocidental na documentação e interpretação do mundo, que é facilitado pelo domínio material global do Ocidente.¹⁸⁰ Em suma, na tentativa de entender a comunidade iorubá, o Ocidente precisou aplicar a ela o mesmo princípio organizador em que estava submetido.

Espelhando o movimento para o ACNUR, a responsabilização de uma cultura patriarcado pelo desempoderamento dessas mulheres e meninas descoladas internas só acontece porque a própria instituição está dentro de uma. Assim, Oyewùmí entende o gênero introduzido pelo Ocidente como uma ferramenta de dominação que designa duas categorias sociais binariamente opostas e hierárquicas.¹⁸¹ ‘Mulheres’ (o termo de gênero) não é definido pela

¹⁷⁶ Ibid. p.188

¹⁷⁷OYEWUMI, op. cit, 1997, p. 20.

¹⁷⁸ Ibid, p.31.

¹⁷⁹ Ibid, p.30.

¹⁸⁰ Ibid, p.32.

¹⁸¹ LUGONES, op. cit, p. 197.

biologia, embora seja atribuído a mulheres. As mulheres, então, são definidas em relação aos homens, a norma. Mulheres são aquelas que não têm pênis; aqueles que não têm poder; aqueles que não podem participar na arena pública.¹⁸²

A meu ver, as mulheres e meninas deslocadas internas sofrem essa mesma redução. Quando a comparação de acesso a direitos é feita com o que os homens possuem, nessa mesma situação, elas se transformam em mulheres para o ACNUR. Uma evidência é a própria tabela 1 apresentada no capítulo anterior. Nela, todos os níveis de participação são pautados nos poderes de decisão dos homens naqueles respectivos espaços. Assim, as políticas de empoderamento que advêm dessas desigualdades de poderes possuem como pressuposto essa redução do conceito de mulher, bem como o entendimento de que todas elas possuem uma identificação comum.

Desse modo, enxergo na instituição o mesmo encadeamento de pensamentos que Mohanty detectou em diversos textos acadêmicos que tentaram retratar a 'mulher do terceiro mundo'. De acordo com ela, cada um deles pressupõe que as "mulheres" têm uma identidade de grupo coesa dentro das diferentes culturas discutidas, antes mesmo de seus ingressos nas relações sociais.¹⁸³ Assim, um deles pode falar sobre "Mulheres indianas" enquanto se refere a um grupo particular de mulheres no estado de Maharashtra, outro sobre "Mulheres da África" e um ainda sobre "mulheres árabes" como se esses grupos de mulheres tivessem algum tipo de cultura óbvia e coesa, distinta dos homens nessas sociedades.¹⁸⁴

Dentro dessa problemática, Mohanty continua com o foco na posição das mulheres que são vistas como um grupo coerente em todos os contextos, independentemente de classe ou etnia. De acordo com ela, esses grupos estruturam o mundo em termos binários e dicotômicos. Nesse mundo, as mulheres são sempre vistas em oposição aos homens; o patriarcado é sempre necessariamente a dominação masculina e os sistemas religioso, legal, econômico

¹⁸²OYEWUMI, op. cit, 1997, p. 34.

¹⁸³ MOHANTY, op, cit. p. 350.

¹⁸⁴ Ibid, p.350.

e familiar são implicitamente assumidos como sendo construídos pelos homens.¹⁸⁵ Assim, tanto homens quanto mulheres são sempre aparentemente constituídos por populações inteiras, e as relações de dominação e exploração também são postuladas em termos de povos inteiros - todos entrando em relações de exploração. Nesse sentido, ela conclui, é somente quando homens e mulheres são vistos como categorias ou grupos divergentes, possuindo diferentes conjuntos já constituídos de experiência, cognição e interesses como grupos, que tal dicotomia é possível.¹⁸⁶

Essa visão de mundo dicotômica reproduzida pelo ACNUR, que assume uma categoria homogênea - ou grupo - chamado 'mulheres', opera necessariamente por meio da configuração de 'divisões de poder originárias'. De acordo com Mohanty, elas são estruturadas em termos de uma fonte unilateral e indiferenciada de poder e uma reação cumulativa ao poder.¹⁸⁷ Em outras palavras, um grupo homogêneo e indiferenciado, aqui personificado pelos homens, possui todo o poder; enquanto outro grupo igualmente homogêneo e indiferenciado, aqui personificado pelas mulheres, possui o poder cumulativo de se opor a ele. Aqui, é como se o grupo excluído da distribuição de poder tivesse uma capacidade dormente de oposição ao grupo que sempre o possuiu. Assim, segundo a autora, o maior problema com essa definição de poder é que ela engessa todas as lutas revolucionárias em estruturas binárias - possuir poder versus ser impotente.¹⁸⁸ Desse modo, as mulheres são grupos unificados e sem poder.¹⁸⁹ Ou seja, desempoderadas.

O ACNUR não faz diferente. Ela homogeneiza a vivência de cada uma das mulheres que assiste em diferentes campos espalhados pelo globo como se pudessem representar toda uma categoria de mulheres específicas. Isso só é possível porque o "status" ou "posição" das mulheres é assumido como autoexplicativo, uma vez que mulheres, enquanto um grupo já constituído, são

¹⁸⁵ Ibid.

¹⁸⁶ Ibid.

¹⁸⁷ Ibid.

¹⁸⁸ Ibid.

¹⁸⁹ Ibid.

colocadas em estruturas religiosas, econômicas, familiares e jurídicas.¹⁹⁰ Assim, uma vez reduzidas a serem tudo o que os homens não são, passam a constituir esse grupo coeso e autoexplicativo. Ou seja, primeiro, elas sofrem pela conceituação enquanto mulheres, tornando-se às que não têm pênis, poder ou participação; em seguida, são colocadas em bloco e têm suas posições assumidas como autoexplicativas para, por fim, terem suas vivências homogeneizadas em que uma mulher pode falar por todas.

Nesse sentido, Mohanty argumenta que, dentro dessa perspectiva em que as relações de dominação e exploração são definidas em termos de divisões binárias - grupos que dominam e grupos que são dominados - certamente a implicação é que a ascensão ao poder das mulheres como um grupo é suficiente para dismantelar a organização existente das relações.¹⁹¹ Esse pressuposto também pode se encaixar, a meu ver, na crença do ACNUR de que empoderar essas mulheres levará à sua maior participação e conseqüente mudança de suas realidades. Isso é, esse pode ser o pressuposto de todo o processo discutido no capítulo anterior. Mas, como a pesquisadora muito bem pontua, as mulheres como grupo não são, em certo sentido, essencialmente superiores ou infalíveis.¹⁹² Por isso, de acordo com ela, o ponto crucial do problema reside na suposição inicial das mulheres como um grupo ou categoria homogênea ("as oprimidas").¹⁹³

Nesse sentido, se faz necessária a pergunta feita por Mohanty e ressoada por mim no contexto do ACNUR: O que acontece quando essa suposição de "mulheres como um grupo oprimido" é situada no contexto dos escritos feministas ocidentais sobre as mulheres do terceiro mundo? A resposta, para nós duas, é que é aqui que localizamos o movimento colonial.¹⁹⁴ O estabelecimento do poder colonial se dá nessa dicotomia entre mulheres que são "oprimidas" e, por conseqüência, as que não são. Na linha de raciocínio de Mohanty, isso é possível perceber com o contraste da representação das mulheres no terceiro mundo comparada com a autoapresentação dos feminismos ocidentais no mesmo

¹⁹⁰ Ibid.

¹⁹¹ Ibid, p. 351.

¹⁹² Ibid.

¹⁹³ Ibid.

¹⁹⁴ Ibid.

contexto. Dito de outro modo, as mulheres de terceiro mundo são oprimidas por conta de suas culturas, ao passo que as ‘ocidentais’ não são. Assim, de acordo com ela, é com esse movimento que as feministas ocidentais sozinhas se tornam os verdadeiros "sujeitos" dessa contra-história.¹⁹⁵ No fim das contas, as mulheres do terceiro mundo nunca se elevam acima de sua generalidade e de seu status de "objeto". Ou seja, quando o feminismo ocidental se propõe a analisar as condições das ‘mulheres oprimidas’ do terceiro mundo, nunca está, de fato, falando sobre elas, mas sim sobre como em comparação já alcançou a igualdade de gênero.

No caso do ACNUR, o movimento colonial também está em um contraste que segue o mesmo encadeamento de ideias. Ao culpabilizar suas culturas por seu status de desempoderadas, a instituição eleva-se enquanto bastião da modernidade e civilização. Ela se esquece que a estrutura de poder patriarcal nessas culturas, na maioria das vezes, foi, na verdade, resultado da própria colonização. Como aponta Oyèrónkẹ Oyěwùmí em seu estudo sobre o processo de colonização, as mulheres foram efetivamente excluídas de todas as estruturas coloniais do Estado.¹⁹⁶ Na arena da política, como aponta Oyěwùmí por exemplo, elas foram desconsideradas e excluídas pelo Estado colonial.¹⁹⁷ Segundo a autora, para as fêmeas, a colonização era um duplo processo de inferiorização racial e subordinação de gênero. Assim, a criação de “mulheres” como categoria foi uma das primeiras realizações do Estado colonial.¹⁹⁸

Desse modo, ao fazer a aplicação da noção de mulher como categoria homogênea às mulheres deslocadas internas, a instituição coloniza e se apropria das pluralidades da localização simultânea de diferentes grupos de mulheres em estruturas de diferentes classes social e étnica.¹⁹⁹ Em outras palavras, ela parte de pressupostos coloniais para a formulação de suas políticas de igualdade de gênero e acaba, então, reforçando suas condições de subalternidade.

Nesse momento, muitos podem se questionar: Mas qual é o problema de uma posição colonial por parte do ACNUR se, no fim das contas, ela está

¹⁹⁵ Ibid.

¹⁹⁶ OYEWUMI, op. cit, 1997.

¹⁹⁷ Ibid.

¹⁹⁸ Ibid.

¹⁹⁹ Ibid.

promovendo a igualdade de gênero? Por isso, a próxima seção deste capítulo se empenhará em respondê-la. Essa será, então, a última etapa desta pesquisa: tratar das consequências do modo como o Alto Comissariado das Nações Unidas constitui a figura da “mulher deslocada interna” em relação ao problema da participação e à solução do empoderamento

4.3 As consequências do poder colonial sobre mulheres e meninas

A consequência a ser tratada nesta seção está na formulação de políticas de igualdade de gênero, como as que a instituição se propôs a pensar e implementar. Como vimos no primeiro capítulo desta pesquisa, o discurso de gênero do ACNUR aqui apresentado possui efeitos práticos no mundo e são eles que estarão em análise. É importante ressaltar que a pesquisa não conseguiu debruçar-se inteiramente sobre eles. Por isso, partirei do princípio foucaultiano de que os discursos possuem mecanismos de rarefação que os fazem serem produzidos e reproduzidos em diferentes contextos, mas com as mesmas consequências organizacionais.²⁰⁰ Isso pôde ser percebido, por exemplo, na análise de Shepherd da agenda Mulheres, Paz e Segurança da ONU. Assim, realizo o mesmo movimento aqui com a autora Kalpana Wilson²⁰¹.

Ela está pensando nas políticas de igualdade de gênero dentro da agenda de desenvolvimento. De acordo com ela, elas podem ser sintetizadas pelo o slogan do Banco Mundial, ‘Igualdade de gênero como Economia Inteligente’²⁰², e o atual foco de desenvolvimento global iniciado por empresas em meninas adolescentes.²⁰³ O termo ‘Economia Inteligente’ (*Smart Economics*), Wilson defende, tem como premissa dois fatores: o de que as mulheres sempre trabalharão mais e serão mais produtivas do que seus colegas homens; e de que sempre usarão a renda adicional de forma mais proveitosa do que os homens.²⁰⁴ A conclusão que esse modo de pensar chega é de que uma maior "igualdade" de gênero, entendida como

²⁰⁰ FOUCAULT, op. cit, 2004.

²⁰¹ WILSON, Kalpana. **Towards a radical re-appropriation: gender, development and neoliberal feminism**. Development and Change, 2015.

²⁰² Ibid.

²⁰³ Ibid, p.807

²⁰⁴ Ibid, p.807.

um aumento da participação das mulheres nos mercados de trabalho, terá um impacto significativo no crescimento econômico.²⁰⁵

Meu argumento é de que esse é um dos pressupostos do ACNUR em suas formulações de políticas. Isso fica exposto, por exemplo, quando a instituição pautou suas políticas de empoderamento na geração de renda e uma das justificativas foi a de que: “quando as mulheres controlam os recursos domésticos, é mais provável que os usem para beneficiar outros membros da família do que os homens”²⁰⁶. Dentro desse contexto, Wilson vai afirmar que as conotações moralistas dos contrastes frequentemente citados na literatura de desenvolvimento entre os gastos “bons” das mulheres (em comida, roupas infantis, taxas escolares etc.) e os gastos “ruins” dos homens (em álcool, cigarros, entretenimento, etc.) são ecos distintos dos discursos vitorianos dos pobres ‘merecedores’ e ‘não merecedores’, e como eles, são profundamente racializados em sua reinscrição de construções essencializadas de homens no Sul global como inerentemente ‘preguiçosos’, irresponsáveis e preocupados apenas com o prazer sensual.²⁰⁷

Outro exemplo que demonstra que esse é o pensamento do ACNUR pode ser visto quando a instituição deu foco a meninas adolescentes em suas políticas. Como apresentado, a premissa dessa priorização está na crença de que ela “pavimentará o caminho para uma melhor participação e à medida em que amadurecerem e se tornarem adultas, elas estarão avançando para soluções futuras”²⁰⁸. De acordo com Wilson, essa noção de que as mulheres “não são capazes de fugir” das responsabilidades é central para a constituição das políticas promotoras de igualdade de gênero e sustentam o foco atual na adolescente como um investimento futuro confiável.²⁰⁹ Dessa forma, o ACNUR está inserido no que a pesquisadora está chamando de ‘Economia Inteligente’ e, portanto, pode ser atribuída a ele as mesmas consequências apontadas pela autora.

²⁰⁵ Ibid, p.807.

²⁰⁶ UNHCR. *Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls’ Participation in Humanitarian Settings*. 2020, op. cit, p. 51.

²⁰⁷ WILSON, op. cit, p. 809.

²⁰⁸ UNHCR. *Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls’ Participation in Humanitarian Settings*. 2020, op. cit, p. 29.

²⁰⁹ WILSON, op. cit, p. 809.

Além disso, a pesquisadora consegue visualizar o momento em que empoderamento, agência e participação se tornam parte do vocabulário de desenvolvimento voltado para gênero na comunidade internacional. De acordo com ela, essa foi uma mudança consciente nos discursos da política de desenvolvimento neoliberal na década de 1990.²¹⁰ Ela parte de evidências do aprofundamento da pobreza resultante das políticas neoliberais da década de 1980, para dizer que o Banco Mundial e outras instituições procuraram abordar a pobreza de uma forma que mantivesse o modelo neoliberal intacto e, de fato, pudesse estender ainda mais os ganhos do capital global.²¹¹ Nesse contexto, segundo a autora, o empoderamento e a participação estavam intimamente relacionados às ideias de responsabilidade individual e autoajuda.²¹² Dessa forma, Wilson vai afirmar que esses projetos de geração de renda como empoderamento não apenas reforçam a ideia de que a responsabilidade pela sobrevivência cabe à mulher pobre e não ao Estado, mas a própria pobreza foi estigmatizada e é cada vez mais retratada como uma fonte de vergonha e fracasso individual, ao invés de uma base sobre a qual fazer reivindicações coletivas para o Estado.²¹³

Essa adaptação de discurso também pode ser percebida no capítulo anterior. Nele, ficou evidente que a instituição entende políticas de empoderamento como uma resposta e solução para a situação de pobreza daquelas mulheres e meninas. Com a discussão sobre agência que foi apresentada em seguida, fica notório que o ACNUR realiza a mesma transferência de responsabilidade apontada por Wilson. No fim, a culpa daquelas mulheres e meninas de serem desempoderadas está nelas próprias ou em suas culturas. Dessa forma, cabe apenas a elas que mudem essa situação. Nessa perspectiva, o ACNUR entende que ações de empoderamento pautadas em geração de renda e reeducação, tanto para as mulheres quanto para os homens, é o suficiente para transformá-los em *civilizados*. Como eu disse, a instituição se coloca como o centro da modernidade e principal porta-voz desse feminismo bastante específico.

²¹⁰ Ibid.

²¹¹ Ibid.

²¹² Ibid.

²¹³ Ibid..

Por isso, posso me juntar a autora quando ela afirma que as abordagens de gênero promovidas dentro dessas estruturas de desenvolvimento não são apenas ‘instrumentalizadoras’ da pauta feminista. Para além disso, elas dependem, ampliam e aprofundam essas desigualdades.²¹⁴ Isso porque, trazendo para o ACNUR, ao transferir a responsabilização de seus status de desempoderadas - ou pobres - para o âmbito cultural dessas mulheres e meninas, a instituição é incapaz de conseguir visualizar as consequências dos processos coloniais que elas e suas sociedades foram submetidas. Desse modo, sem esse enfrentamento, essas desigualdades não podem ser solucionadas. Muito pelo contrário, como vimos neste capítulo, a instituição reproduz, mesmo que de forma involuntária, um poder colonial sobre elas. Ou seja, além de aprofundarem as desigualdades a que essas mulheres estão submetidas, esse tipo de política de igualdade de gênero ainda apaga a conversa colonial.

²¹⁴ Ibid.

5. Conclusão

Esta pesquisa nasceu da pergunta: “Quais os efeitos decorrentes da vontade de verdade do ACNUR sobre as mulheres e meninas refugiadas internas?”. Com o intuito de respondê-la, debrucei-me em primeiro lugar sobre o que são discursos e, principalmente, o que é a vontade de verdade. Com isso, conseguimos definir a abordagem metodológica da pesquisa e começar a questionar o discurso de igualdade de gênero do ACNUR. Já no primeiro capítulo, tentei demonstrar que os pressupostos de gênero assumidos pela instituição e aplicados de forma generalista ao redor do globo, eram, na verdade, bastante específicos e excludentes. O entendimento a que chegamos foi de que a entidade enxerga a problemática de gênero de forma binária e a partir de contextos euro-americanos/ocidentais.

Com isso definido, pude avançar no desmembramento deste discurso. No segundo capítulo, a relação estudada foi a entre participação e empoderamento. Nele, ficou evidente que o ACNUR acreditava que a solução para a desigualdade de gênero era a participação igualitária de mulheres e meninas nos processos decisórios. Para que isso acontecesse, era imperativo que passassem pelo processo de empoderamento. Nesse sentido, descobrimos que havia uma relação entre acesso a recursos, escolhas e agência nesse processo de empoderamento. Entretanto, a instituição assumia o conceito de agência enquanto óbvio e, por isso, precisamos investigá-lo. Assim, descobrimos que o ACNUR estava igualando agência à resistência de normas sociais. Dessa forma, o status de desempoderada dessas mulheres e meninas precisou ser questionado.

Na busca por essa resposta, no terceiro capítulo, partimos da hipótese de que esse desempoderamento era assumido muito antes dessas mulheres e meninas estarem sob a assistência do ACNUR. Com o avanço da investigação, constatamos que o que fazia a instituição considerá-las desempoderadas eram suas culturas. Isso porque, como vimos, todas essas culturas eram assumidas enquanto patriarcais. Aqui, pudemos definir que o patriarcado está sendo utilizado pela instituição enquanto ferramenta de homogeneização cultural. A partir disso, empenhei-me em demonstrar o quanto essa visão era, na verdade, uma forma de

poder colonial. Por isso, tentei abordar os efeitos desse discurso de igualdade de gênero sobre as mulheres e meninas de ‘terceiro mundo’. Nessa discussão, chegamos a conclusão, de que ele reforça a condição de subalternidade dessas mulheres e meninas e apaga a conversa colonial.

É perceptível que a pesquisa empenhou-se em apontar os problemas desse discurso, mas não em oferecer um alternativo. Assim, gostaria de fazer um convite ao esforço de descolonização de pensamento para que possamos, enfim, propor políticas de igualdade de gênero que promovam-na com efeito.

O movimento de descolonização, então, vai além do reconhecimento da dominação histórica, econômica, política e cultural entre os Estados nacionais. Somado a isso, há a dependência que sujeitas e sujeitos políticos possuem diante de processos culturais e políticos que foram fruto do capitalismo, da modernidade ocidental, da colonização europeia e seus processos de racialização e sexualização das relações sociais.²¹⁵ Em outras palavras, Curiel está apontando para a nossa própria visão enquanto ‘sujeitas’ do ‘terceiro mundo’, que acabam se vendo como dependentes dessas estruturas coloniais e não conseguem propor saídas que rompam com essas barreiras.

Como resultado, de acordo com a autora, acontece a legitimação do pensamento único e a naturalização da institucionalização de muitas das práticas políticas dos movimentos sociais que criaram dependência e subordinação em torno das políticas de desenvolvimento e de muitas das lógicas coloniais de cooperação internacional.²¹⁶ Ou seja, ao nos enxergarmos enquanto dependentes desse sistema, nós aceitamos certas estruturas de poder que, justamente, reforçam e ampliam essas desigualdades e hierarquias. É aqui, portanto, que o discurso promulgado pelo ACNUR, e tantas outras instituições, ganha legitimidade e reprodução enquanto verdade. Dessa forma, o que Curiel vai defender, por exemplo, é uma nova forma de teorização que vai culminar em novas formulações de políticas públicas.²¹⁷

²¹⁵ CURIEL, Ochy. **Hacia la construcción de un feminismo descolonizado**. Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales, 2014.

²¹⁶ Ibid.

²¹⁷ Ibid, p. 332.

Assim, a descolonização vai além do viés pós-colonial. De acordo com a autora, a descolonização é uma posição política que passa pelo pensamento e ação individual e coletiva; nossos imaginários, nossos corpos, nossas sexualidades, nossas formas de agir e estar no mundo e isso cria uma espécie de ‘cimarronage’ intelectual, de práticas sociais e a construção do próprio pensamento a partir de experiências concretas.²¹⁸ Em outras palavras, a pesquisadora defende que os próprios sujeitos sejam os agentes de suas decolonizações em primeiro lugar para que, em segundo, possam construir pensamentos a partir de suas experiências concretas. Ou seja, o pensamento teórico feminista deveria começar a partir das próprias mulheres de ‘terceiro mundo’ para as mulheres de ‘terceiro mundo’.

Segundo Curiel, reconhecer as diferenças entre mulheres atravessadas por diferentes categorias e posições de sujeitos foi, sem dúvida, um grande avanço para o feminismo decolonial, pois permitiu destruir o mito das ‘mulheres’ que continha o viés universalizante da modernidade ocidental.²¹⁹ Nesse sentido, esse reconhecimento permitiu o nascimento de diversas correntes feministas pautadas em diferentes vivências e identidades que produzem suas próprias visões de mundo.²²⁰ Com a criação dessas correntes, o racismo, o etnocentrismo e a heterossexualidade puderam ser colocadas enquanto instituição e regime político no centro das propostas feministas, em suas teorias e em suas práticas.²²¹ Isto significa que o racismo, o etnocentrismo e a heterossexualidade passaram a ser entendidos enquanto estruturas de poder e formas de opressão. Em consequência, essas novas correntes puderam pensar em maneiras de endereçar tais opressões em suas propostas para que pudessem combatê-las.

Com isso, como aponta Curiel, essa política de identidade foi necessária para a crítica da universalidade, que é um legado fundamental da modernidade e da colonização, para evocar a necessidade de compreender os sujeitos sociais a partir de uma diversidade de experiências particulares e diversas.²²² Por essa razão, o grande objetivo do feminismo decolonial é livrar-se dessa dependência

²¹⁸ Ibid, p. 328.

²¹⁹ Ibid, p. 328-329.

²²⁰ Ibid.

²²¹ Ibid.

²²² Ibid.

intelectual eurocêntrica a partir de seu próprio questionamento. Descolonizar, então, Curiel prossegue, significa superar o binarismo entre teoria e prática, para que possamos gerar diferentes teorizações e, conseqüentemente, indivíduos que podem contribuir muito para realmente descentralizar o sujeito eurocêntrico e a subalternidade que os próprios sujeitos reproduzem em seu interior.²²³

Essa mesma necessidade de se questionar o universal já foi largamente debatida no primeiro capítulo desta pesquisa e, não por acaso, aparece novamente em sua conclusão. Mas, com um adendo, tomando a liberdade de fazer das palavras de Curiel as minhas: isso tinha que ser feito no feminismo.²²⁴ E é, justamente, o que não acontece no feminismo do ACNUR.

Entretanto, ao invés de defender o fim da instituição, proponho que o exercício da descolonização de pensamentos e teorias aqui exposto via Curiel seja empreendido pela entidade. Como vimos, o primeiro passo é conseguir se libertar da lógica universalizante, o segundo é empenhar-se em reconhecer diferentes formas de opressão e a imbricação entre elas para, então, desenhar soluções a partir disso. Eu quero que o mundo perceba e aja sobre desigualdades de gênero com a vontade de enfrentar o patriarcado, mas ele não pode se predispor a fazer apenas isso. É preciso originar-se em diferentes pressupostos na mesma intensidade de que é preciso ir além.

²²³ Ibid.

²²⁴ Ibid.

6. Referências bibliográficas

ACNUR. Mulheres. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/temas-especificos/mulheres/>. Acesso em: 29 set. 2021.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 1325. AG Index: S/RES/1325, trinta e um de outubro de 2000. Disponível em: <https://www.un.org/>

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 1889. AG Index: S/RES/1889, cinco de outubro de 2009. Disponível em: <https://www.un.org/>.

CURIEL, Ochy. **Hacia la construcción de un feminismo descolonizado**. Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Polemics, Politics and Problematizations**: In Essential Works of Foucault. Vol.1. New York: The New Press, 1998.

GRABSKA, Katarzyna. **Constructing ‘modern gendered civilised’ women and men: gender-mainstreaming in refugee camps**. Gender & Development, 2011.

KABEER, Naila. **Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment**. 1999.

LUGONES, Maria. **Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System**. In: Hypatia. Indiana University Press, 2007.

MAHMOOD, Sabah. **Feminist Theory, Agency, and the Liberatory Subject: Some Reflections on the Islamic Revival in Egypt**. Temenos - Nordic Journal of Comparative Religion, [S. l.], v. 42, n. 1, 2006.

MOHANTY, Chandra. **Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses**. On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism, 2007.

OYEWUMI, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms, 2004.

OYEWUMI, Oyèrónké. **Invention of women: Making an African sense of western gender discourses.** Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1997.

SHEPHERD, Laura. **Sex, Security and Superhero(in)es: From 1325 to 1820 and Beyond,** International Feminist Journal of Politics, 2011

UNCHR. **Dialogues With Refugee Women.** 2013

UNCHR. **Gender Equality Toolkit.** 2020.

UNHCR. **Policy on Age, Gender and Diversity.** 2011.

UNHCR. **Tearing Down the Walls: Confronting the Barriers to Internally Displaced Women and Girls' Participation in Humanitarian Settings.** 2020

UN. Chapter I: Purposes and Pincipals. Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/index.html>. Acesso em: 03 dez. 2021.

UN WOMEN. Mulheres. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/about-us/about-un-women>. Acesso em: 2 dez. 2021.

WILSON, Kalpana. **Towards a radical re-appropriation: gender, development and neoliberal feminism.** Development and Change, 2015.